

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SUENIA ROBERTA VASCONCELOS DA SILVA

A CATEGORIA DE TEMPO POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Recife

2022

Suenia Roberta Vasconcelos da Silva

A CATEGORIA DE TEMPO POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior

Recife

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586c Silva, Suenia Roberta Vasconcelos da
A categoria de tempo por uma abordagem enunciativa / Suenia
Roberta Vasconcelos da Silva. – 2023.
73 f.

Orientador: José Temístocles Ferreira Júnior.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Linguagem, Recife, BR-PE, 2023.

Inclui bibliografia e anexo(s).

1. Linguagem e línguas – Estudo e ensino 2. Referência
(Linguística) 3. Análise do discurso 4. Atos de fala (Linguística)
5. Linguística estrutural I. Ferreira Júnior, José Temístocles, orient.
II. Título

CDD 410

SUENIA ROBERTA VASCONCELOS DA SILVA

A CATEGORIA DE TEMPO POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Aprovada em dia mês de 2022

Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior
Orientador
Universidade Federal Rural de Pernambuco

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vicentina Ramires Borba
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor, pela bênção, pela proteção, pela fidelidade, pela paciência, pela inspiração, sendo o meu refúgio e minha fortaleza, e que me acalma me fazendo enxergar que o melhor ainda está por vir.

Aos meus pais, especialmente a minha mãe, Lourdes, e a minha irmã, Suellen, pelo incentivo, motivação, amor, fé, alegria a cada conquista e por todo esforço e dedicação a minha educação para que eu esteja aqui.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, especificamente ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, pela oportunidade de realizar o mestrado. Em especial ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, pelo apoio e incentivo aos discentes.

A Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE, pela concessão da bolsa de mestrado, essencial para a minha formação acadêmica.

Ao Prof. José Temístocles Ferreira Júnior, pela orientação, receptividade, confiança, paciência e ensinamentos. Agradeço pelos desafios e oportunidades que me fizeram amadurecer profissional e pessoalmente.

Ao Prof. Natanael Duarte, pelo acolhimento e responsabilidade.

A Prof.^a Vicentina Ramires, e a Prof.^a Isabela Rêgo Barros, pelas suas contribuições em minha banca de qualificação.

A todos os professores com os quais tive o privilégio de aprender sobre os Estudos da Linguagem: Profs. Claudia Roberta, Dorothy Bezerra, João Batista, José Temístocles, Renata Barbosa, Valéria Severina e Vicentina Ramires.

Aos meus amigos, pelo carinho, momentos de diversão, incentivo e amizade desde a graduação.

Aos funcionários do PROGEL / UFRPE, aos quais eu agradeço em nome de Veron.

“O tempo é ativo, tem caráter verbal, “presentifica”. Mas presentifica o quê? Transformação! O agora não é o então; o aqui é diferente do ali; pois entre ambos se intercala o movimento”.

Thomas Mann

A CATEGORIA DE TEMPO POR UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

RESUMO

A abordagem enunciativa no ensino de língua é relativamente recente e ainda se encontra em processo de consolidação, sobretudo se considerarmos a perspectiva enunciativa baseada nos postulados teóricos de Benveniste. Por outro lado, uma abordagem dessa natureza possui amplitude considerável, pois está assentada em princípios que comportam aspectos regulares do sistema da língua e, ao mesmo tempo, sustentam as singularidades subjetivas na unicidade do ato discursivo. Logo, o ensino de língua a partir desse olhar enunciativo pode promover o desenvolvimento das capacidades enunciativas do aluno, como postulam os documentos oficiais da educação como a Base Nacional Comum Curricular, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9495/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse sentido, a presente pesquisa se volta para a categoria de tempo a partir de uma perspectiva enunciativa, buscando discutir suas dimensões e formular princípios para abordagem dessa categoria no ensino de língua. Do ponto de vista enunciativo, a categoria de tempo apresenta diversas dimensões ligadas ao ato discursivo e aos elementos a ele subjacentes, como a experiência, a alteridade, a história e a cultura do homem na e pela linguagem. No caso do texto escrito, a atualização da categoria temporal também apresenta outras particularidades relacionadas ao sistema significante da escrita. Esta dissertação tem por objetivo analisar a construção e a organização da categoria de tempo em produções de narrativas textuais escritas por um aluno do Ensino Fundamental I com o intuito de pensar em elementos para uma abordagem enunciativa da temporalidade no ensino de língua materna. O trabalho está fundamentado nos estudos de Émile Benveniste para quem a escrita é uma forma complexa de discurso, que exige do enunciador-escrevente uma atividade voltada ao nível semiótico da língua para lhe permitir estabelecer relação com o outro por meio de signos. O *corpus* da pesquisa foi composto por narrativas escritas e reescritas por um aluno do Ensino Fundamental 1. As análises têm caráter qualitativo-interpretativista e voltam-se à observação do funcionamento da categoria de tempo e da construção de referência em narrativas textuais escritas, buscando compreender a subjetividade e a intersubjetividade do enunciador-escrevente. Com base nas perspectivas de Benveniste, concluímos que, na enunciação escrita, a criança promove ajustes a sua escrita por meio da referência e da construção de sentidos no texto narrativo escrito. Desse modo, a criança ao enunciar-se na língua revela o seu lugar no ato enunciativo escrito através de procedimentos de sintagmatização utilizados para a construção de sentidos no texto escrito na relação entre locutor e alocutário. No ato de escrita a criança mostra toda a sua singularidade referente ao sistema e estrutura da língua em virtude do processo de autorreferência realizado pela criança ao apropriar-se da língua para estabelecer a enunciação escrita.

Palavras-chave: enunciação escrita; categoria de tempo; referência; ensino de língua.

THE TIME CATEGORY BY AN ENUNCIATIONAL APPROACH

ABSTRACT

The enunciative approach in language teaching is relatively recent and is still in the process of consolidation, especially if we consider the enunciative perspective based on Benveniste's theoretical postulates. On the other hand, an approach of this nature has considerable amplitude, as it is based on principles that include regular aspects of the language system and, at the same time, support subjective singularities in the uniqueness of the discursive act. Therefore, language teaching from this enunciative perspective can promote the development of the student's enunciative capacities, as postulated by official education documents such as the National Common Curricular Base, the Law of Directives and Base of National Education 9495/96, the Parameters National Curriculum. In this sense, the present research turns to the category of time from an enunciative perspective, seeking to discuss its dimensions and formulate principles for approaching this category in language teaching. From the enunciative point of view, the category of time presents several dimensions linked to the discursive act and to the elements underlying it, such as experience, alterity, history and human culture in and through language. In the case of the written text, the updating of the temporal category also presents other particularities related to the signifying system of writing. This dissertation aims to analyze the construction and organization of the category of time in productions of textual narratives written by a student of Elementary School I in order to think about elements for an enunciative approach to temporality in the teaching of the mother tongue. The work is based on the studies of Émile Benveniste for whom writing is a complex form of discourse, which demands from the enunciator-writer an activity focused on the semiotic level of the language to allow him to establish a relationship with the other through signs. The research corpus consisted of narratives written and rewritten by a student of Elementary School 1. The analyzes have a qualitative-interpretative character and focus on the observation of the functioning of the category of time and the construction of reference in written textual narratives, seeking to understand the subjectivity and intersubjectivity of the enunciator-scribe. Based on Benveniste's perspectives, we conclude that, in written enunciation, the child promotes adjustments to his writing through reference and construction of meanings in the written narrative text. In this way, when the child expresses himself in the language, he reveals his place in the written enunciative act through syntagmatization procedures used for the construction of meanings in the written text in the relationship between speaker and addressee. In the act of writing, the child shows all its uniqueness regarding the system and structure of the language due to the self-reference process carried out by the child when appropriating the language to establish the written enunciation.

Keywords: written enunciation; time category; reference; language teaching.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. PERSPECTIVA ENUNCIATIVA EM ÉMILE BENVENISTE.....	14
1.1. A enunciação escrita em Émile Benveniste	19
1.2. A enunciação escrita e a enunciação falada	20
1.3. A escrita abordada por Émile Benveniste em <i>Últimas aulas</i>	21
1.4. Considerações parciais	24

CAPÍTULO 2

2. A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NO TEXTO ESCRITO.....	26
2.1. A referência no texto escrito segundo a teoria da enunciação de Benveniste.....	27
2.2. A experiência humana e o uso da língua	29
2.3. Considerações parciais	37

CAPÍTULO 3

3. O ENSINO DE LÍNGUA-MÃE E A ENUNCIÇÃO	39
3.1. A língua-discurso	42
3.2. O processo social de aquisição da escrita	47
3.3. Considerações parciais	51

CAPÍTULO 4

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	54
4.1. Abordagem do problema	54
4.2. Procedimentos metodológicos.....	54
4.3. Caracterização da população investigada	55
4.4. <i>Corpus</i> da pesquisa	55
4.5. Categorias de análise	55
4.6. Tipo de análise dos dados.....	56

CAPÍTULO 5

5. ANÁLISE DE NARRATIVAS ESCRITAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS.....	71

INTRODUÇÃO

O ensino de língua que compreende o ato enunciativo do locutor promove o desenvolvimento da capacidade enunciativa do aluno, além de contemplar a experiência de língua que já constitui a história do aluno, atribuindo significação ao discurso do locutor, seja este discurso falado ou escrito. Assim, o locutor converte a língua em discurso e se instaura na linguagem. O uso da língua pelo locutor evidencia a sua intersubjetividade no ato enunciativo e o ensino de língua pautado em uma abordagem enunciativa traz à tona uma gramática que contempla a língua em uso pelo locutor no discurso. Neste processo os *índices específicos* de pessoa, espaço e tempo, e os *procedimentos acessórios* são essenciais para construir a referência durante a enunciação, atualizando e singularizando o ato discursivo (SILVA, 2016; FLORES, 2020).

A temporalidade no discurso contribui para deixar em evidência a experiência do homem na e pela linguagem ao estabelecer relações de alteridade. A experiência e a história do locutor mostram o seu modo de manusear a linguagem. Com isso, percebemos que um ensino-aprendizagem de língua e de aquisição de língua embasado nos atos discursivos de fala, escrita, leitura e ouvir promovem a instauração do locutor na linguagem, levando em consideração a utilização da língua na enunciação do sujeito falante (SILVA, 2016).

No que se refere à enunciação escrita, compreende-se que esta se apresenta como um ato no qual possibilita ao locutor (re)elaborar a sua produção textual, tendo em mente a sua organização estrutural e o desenvolvimento de suas ideias no texto (FERREIRA JÚNIOR, 2014; SILVA, 2016; FLORES e TEXEIRA, 2017; FLORES, 2018; FLORES, 2019; FENOGLIO, 2019; FLORES, 2020). Desse modo, abordaremos neste trabalho o processo de construção de narrativas escritas, estabelecendo um olhar para a atualização do ato discursivo através da categoria de tempo, tendo em vista a constituição da experiência do homem ao se enunciar para o seu interlocutor.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é de investigar a organização da categoria de tempo em produções de narrativas textuais escritas de alunos do Ensino Fundamental I com o intuito de pensar em elementos para uma abordagem enunciativa da temporalidade no ensino de língua materna. E os objetivos específicos da pesquisa são: (1) identificar marcas de atualização da categoria de tempo em narrativas escritas; (2) propor princípios para uma abordagem enunciativa da categoria de tempo no ensino de

língua; (3) observar aspectos intersubjetivos presentes na reescrita de narrativas de alunos do Ensino Fundamental I.

Nossa pesquisa evoca relevância teórica na esfera dos estudos enunciativos da linguagem. Os estudos enunciativos à luz benvenestiana compreendem o homem como um sujeito repleto de linguagem que se apropria da língua por um ato individual no discurso. A experiência humana se instaura a partir do momento que o enunciador se apropria da condição de “*eu*” ao se enunciar no espaço e no tempo na e pela linguagem no discurso.

A enunciação prevê um espaço para atualização da categoria de tempo nas produções de narrativas escritas. A compreensão do funcionamento da categoria de tempo por uma perspectiva enunciativa pode trazer contribuições para a abordagem do tempo no ensino de língua no processo de produção de textos narrativos escritos.

No primeiro capítulo abordamos a questão da escrita como um ato que possibilita ao enunciador-escrevente construir a referência no texto escrito e elaborar de uma maneira organizada o seu discurso escrito ao se enunciar na linguagem. Visto que a escrita também é um ato que promove o engendramento de outro sistema semiológico, sendo capaz de se autossemiotizar na língua, já que a língua é um sistema interpretante dos outros sistemas semiológicos.

No segundo capítulo tratamos sobre a referência na relação entre o locutor e alocutário na instância de discurso considerando a experiência humana ao utilizar a língua, compreendendo a sua cultura e história na linguagem. Nesse processo de enunciar, o locutor inventa a sua língua a todo momento que profere o seu discurso, construindo e reconstruindo a sua enunciação, estabelecendo novos significados as palavras que constituem o ato enunciativo.

No terceiro capítulo abordamos sobre o ensino de língua portuguesa dentro de uma perspectiva enunciativa que leva em consideração os contextos de uso da língua pelo locutor, visando compreender o aluno como um sujeito enunciativo que apresenta a capacidade de se propor como sujeito no discurso. Desse modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca assegurar o ensino de língua portuguesa pautado na constituição do locutor como um todo, atribuindo um olhar para a experiência da criança na língua oral e escrita, tendo em vista que a criança já é provida de capacidade de linguagem, restando a escola promover um refinamento dessa capacidade de linguagem da criança.

No quarto capítulo tratamos sobre os aspectos metodológicos que compõem a pesquisa, como a abordagem metodológica, a abordagem do problema, os procedimentos metodológicos, a caracterização da população investigada, o *corpus* da pesquisa, as categorias de análise e o tipo de análise dos dados.

No quinto capítulo abordamos a análise do *corpus* com base nos estudos enunciativos de Émile Benveniste a respeito da categoria de tempo, compreendendo que no ensino de língua o tempo se atualiza a cada enunciação entre os participantes do discurso em sala de aula, promovendo a singularidade e a subjetividade na e pela linguagem.

CAPÍTULO 1

A ENUNCIÇÃO ESCRITA EM ÉMILE BENVENISTE

1. PERSPECTIVA ENUNCIATIVA EM ÉMILE BENVENISTE

De acordo com Flores (2018) a escrita, em Benveniste, é marcada por variações no que diz respeito ao aspecto terminológico. Assim como ocorre com os outros termos utilizados por Benveniste, ora apresenta-se como um sistema de representação, como podemos verificar no livro *Problemas de Linguística Geral I* (2020), no capítulo 2 intitulado '*Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*'; ora como língua escrita no qual encontramos ainda no livro *Problemas de Linguística Geral I* (2020), no capítulo 19 intitulado '*As relações de tempo no verbo francês*', Benveniste estabelece uma oposição entre a '*língua falada*' e a '*língua escrita*'; ora como uma noção de sistema semiótico, como observamos no livro *Problemas de Linguística Geral II* (2006), no capítulo 3 intitulado '*Semiologia da língua*', Benveniste compreende a *natureza* e as *possibilidades* no que diz respeito às relações de sistemas semióticos da língua, que envolvem o *engendramento de sistemas*; ainda no livro *Problemas de Linguística Geral II* (2006), no capítulo 5 intitulado '*O aparelho formal da enunciação*', podemos verificar a escrita sendo abordada por Benveniste como um dos elementos de enunciação.

Sendo assim, Flores (2018) ressalta que Benveniste procura determinar uma concepção a respeito de enunciação ao se debruçar sobre os mecanismos formais que constituem a realização da enunciação, tal processo encontra-se no capítulo '*O aparelho*', no qual Benveniste estabelece uma trajetória a ser trilhada. Com isso, Flores (2018) compreende que o ato é o ponto de partida para que os estudos enunciativos sejam elaborados pelo linguista, com vistas para o aspecto circunstancial que abrange as categorias de pessoa (eu / tu), tempo (agora), espaço (aqui), e para os instrumentos os quais abrangem toda a singularidade e apropriação da língua pelo locutor e pelo alocutário, ao referir e correferir no discurso e que constituem o ato enunciativo.

No que diz respeito à enunciação escrita, esta é um ato que exige do locutor a capacidade para elaborar e reelaborar a produção textual, compreendendo a sua estrutura e as etapas dos acontecimentos. A escrita como um ato enunciativo é um aspecto pouco explorado por Émile Benveniste, pois há poucos registros a respeito da escrita em seus estudos (FERREIRA JÚNIOR, 2014; SILVA, 2016; FLORES e TEXEIRA, 2017; FLORES, 2018; FLORES, 2019; FENOGLIO, 2019; FLORES, 2020). É com esse olhar que trazemos a abordagem enunciativa no ensino de língua que compreende o processo de produção textual de narrativas escritas, visto que a atualização do discurso por meio

da categoria de tempo, no qual o locutor constitui a sua experiência humana na instância do discurso através de uma relação dialógica com seu interlocutor.

A enunciação escrita, de acordo com Flores (2018) apresenta o seu caráter complexo por conter uma *'dupla instância enunciativa'*, pois as figuras, autor e leitor, que fazem parte deste contexto enunciativo escrito deixam as suas evidências ao promoverem a enunciação por meio do texto. Desse modo, para escrever, além de se apropriar dos níveis semiótico e semântico da língua, o locutor-escrevente precisa se apropriar de sinais gráficos e de diferentes formas de convenção que tornam a escrita uma outra modalidade de funcionamento da língua.

Segundo Benveniste (2014) a escrita como sistema semiótico apresenta suas próprias representações dentro do sistema para significar a língua de maneira específica, que comprova a capacidade de autossemiotização da língua. De acordo com Benveniste (2014, p. 156-157) a escrita como realização da língua ocorre em sua globalidade através do elo que liga as sequências de ideias enunciadas pelo enunciador escrevente no texto escrito. Para Benveniste (2006) a categoria de tempo compreende a experiência humana na linguagem na qual a subjetividade do locutor se evidencia no presente do ato enunciativo durante a interação do locutor com o interlocutor no discurso. O tempo na enunciação escrita é estático, no qual o interlocutor necessita entrar na temporalidade do locutor-escrevente para estabelecer o engendramento do presente do ato enunciativo, compreendendo os aspectos de referência interna que constitui o ato colocando em jogo o que faz parte do agora e o que já passou (BENVENISTE, 2006; BENVENISTE, 2014; FLORES, 2018).

Benveniste (2014) em seu livro intitulado *'Últimas aulas no Collège de France'*, trata da questão da Semiologia e, no capítulo "Língua e escrita", Benveniste exemplifica sobre o que ele já vinha tratando a respeito da semiologia da língua, porém de um modo distinto do que é tratado em *'O aparelho'*, como bem ressalta Flores (2018), pois Benveniste busca desenvolver explicações a respeito das perspectivas de Ferdinand de Saussure apresentadas em seu *Curso de Linguística Geral (CLG)*, publicado em 1916, com relação ao sistema semiológico da língua. Benveniste (2020), em seu texto intitulado *'Os níveis da análise linguística'*, aborda que os níveis constituem operadores que compreendem as relações de integração e de distribuição entre as suas unidades. Benveniste (2006), em seu texto intitulado *'A forma e o sentido na linguagem'*, aborda a questão da significação na linguagem, tendo em vista a forma e o sentido no domínio

semiótico e no domínio semântico. No domínio semiótico, a forma compreende o signo e o sentido constitui o uso realizado de modo intralinguístico pelo locutor.

Com isso, a unidade do domínio semiótico é o signo no qual a forma se estabelece no eixo paradigmático. No domínio semântico, a forma compreende o sintagma e o sentido constitui a ideia. Com isso, a unidade do domínio semântico é a palavra a qual constitui a frase. Benveniste (2006), em seu texto intitulado '*Semiologia da língua*', aborda que a língua é um sistema semiológico no qual engloba outros sistemas semiológicos. Benveniste (2006) também compreende que a língua apresenta a capacidade da dupla significância no sistema semiológico, na medida em que constitui uma maneira de significar na forma e no sentido no domínio semiótico e outra maneira de significar na forma e no sentido no domínio semântico. Desse modo, a língua tem o poder de interpretar a si mesma e de interpretar os outros sistemas semiológicos.

Benveniste (2014), através de indagações, caminha em direção a compreender o *ponto de vista* no qual a língua é abordada por Saussure como sendo o '*principal*' sistema semiológico, pois Saussure não avança nos estudos semiológicos da língua. Além disso, Benveniste, nas *Últimas aulas*, também trata dos elementos semiótico e semântico, buscando exhibir as diferenças que englobam o objeto de estudo de linguagem e que são inerentes ao aspecto formal da língua. O semiótico compreende o signo linguístico, o qual constitui a capacidade de organizar a língua no eixo paradigmático nas relações intralinguísticas. O semântico compreende a frase, o qual constitui o eixo sintagmático, nesse processo o semântico estabelece relação com o semiótico por meio da utilização da língua pelo locutor na interação entre o "eu" e o "tu" em determinada situação do ato discursivo.

Para Benveniste (2014) na aula 8, em *Últimas aulas*, a escrita é um sistema abstrato que estabelece relação particular com o sistema semiótico da língua. Benveniste compreende que a escrita demanda do locutor uma postura singular de agir no mundo. Neste processo, através de rumações, o locutor almeja atribuir clareza a sua escrita, tendo em vista as especificidades que o fenômeno da escrita está envolto. Tais rumações são as retomadas e as reelaborações que o locutor faz quando está construindo um texto escrito com o intuito de melhorar o seu dizer e as suas ideias a respeito de determinado objeto de fala. No ato escrito o locutor necessita realizar a transposição da '*linguagem interior*' ao promover uma tomada de consciência por meio das experiências vividas pelo locutor-escrevente e pelo locutor-ouvinte. Sendo uma operação que escapa a relação *natural*, pois a aquisição da escrita é um fenômeno de caráter mecânico das

representações gráficas, Benveniste ressalta a diferença entre fala e escrita, compreendendo a fala como um fenômeno de caráter natural do sistema linguístico.

Para Fenoglio (2019) através do manuscrito o geneticista-linguista pode estabelecer interpretações a respeito do processo de escrita, pois o locutor-escrevente promove reflexões e organiza a sua escrita de diversas formas ao longo da construção do texto escrito. A escrita é um processo que apresenta limites, pelo fato de não se compreender ainda todos os aspectos que envolvem este ato, e o alocutário tem pouco conhecimento a respeito do locutor-escrevente. Com isso, é necessário que haja uma ampliação dos estudos que abordam a construção da enunciação escrita, com vistas a entender as pistas linguísticas no processo de escrita do texto e a complexidade que engloba este ato enunciativo.

Benveniste (2006), no texto *'O aparelho formal da enunciação'*, afirma que na leitura e na escrita o locutor-autor-leitor se apropria dos aspectos formais de uso da língua para promover sentido ao seu discurso e se enunciar na e pela linguagem. A leitura e a escrita ocorrem em situações distintas de instância enunciativa, as quais compreendem o referir e o correferir.

Tendo em vista o exposto, Benveniste (2020 e 2006) compreende a escrita como uma forma complexa de discurso, na qual a escrita se constitui de um modo estático percebendo que o tempo relacionado à interação entre o enunciador e o interlocutor não ocorre de uma maneira imediata entre os participantes do discurso, entre a situação e entre os recursos que favorecem a enunciação. Assim, a enunciação é um processo pelo qual compreendemos como o *'sentido'* se compõe em *'palavras'* e por meio da semantização da língua podemos acompanhar esse arranjo linguístico.

Conforme indica a literatura a respeito do assunto, as discussões acerca dos aspectos enunciativos de Benveniste que envolvem a língua e a linguagem estão longe de ser esgotadas, principalmente no Brasil, onde o seu primeiro livro intitulado *'Problemas de linguística geral I'* só veio chegar no ano de 1976. O mesmo ocorreu com o livro *'Problemas de linguística Geral II'* que chegou no ano de 1989. Sendo que na França o PGL I já havia sido publicado em 1966 e o PGL II em 1974. Com isso, fica claro o quão recente é o estudo de Benveniste no Brasil. A publicação, em 2014, do livro intitulado *'Últimas aulas'* revela o quanto Benveniste está sendo bastante estudado e bem apreciado no Brasil, tendo em vista que a publicação deste livro ocorreu em 2012 na França (FLORES, 2017).

Para Benveniste (2006) o homem está na língua e na cultura, sendo assim, está instaurado no sistema semiológico da língua. Portanto, já está situado em algum tempo no qual compreende que todo sistema semiológico se constitui por meio de um tempo para estabelecer a produção de sentido no discurso. À medida que o homem cresce, ele vai se apropriando de outros sistemas semiológicos para significar a língua e a linguagem através da experiência humana no ato discursivo.

Os fenômenos da intersubjetividade e da subjetividade estão implicados nos modos de interação do locutor na linguagem e na articulação da língua, ambos estabelecem uma relação de interdependência no sistema linguístico. A intersubjetividade é requisito principal para que haja a possibilidade de surgimento da subjetividade e, a partir disso, o locutor pode se instituir como sujeito na linguagem ao estar sempre interagindo com o “*tu*” em função do “*ele*” no discurso, pois não existe “*eu*” sem “*tu*”, porque quando falamos, nos referimos a algum indivíduo no mundo. A enunciação pressupõe sempre um locutor e um alocutário. Um implica o outro na instância do discurso (FLORES e TEIXEIRA, 2017).

A categoria de tempo tem a propriedade de revelar a experiência humana, constituída nas relações de alteridade somente possíveis na (caráter constitutivo) e pela (caráter mediativo) linguagem. O locutor tem a sua própria experiência e história que representam a maneira de como se relaciona com a linguagem e esta compreensão nos leva a estabelecer uma abordagem a respeito do ensino-aprendizagem de língua e da aquisição pautada nos atos enunciativos de fala, escrita, leitura e ouvir que possibilitam a inscrição do locutor na linguagem, tendo em vista a língua em uso no discurso (SILVA, 2016).

As categorias de pessoa, tempo e espaço são determinadas no momento da enunciação entre os interactantes que partilham da mesma cena enunciativa. Com isso, as categorias espaço-temporais necessitam ser muito bem referenciadas no ato enunciativo para que o discurso seja passível de compreensão. Desse modo, o *tempo linguístico* busca se apoiar no *tempo crônico* se delimitando a ele para estabelecer o seu deslocamento para o tempo passado e para o tempo futuro e este movimento é instaurado no *presente*, ao mostrar o intervalo temporal entre os acontecimentos linguísticos e pragmáticos no ato do discurso (BENVENISTE, 2006).

No ensino de língua o tempo se atualiza a todo momento durante a interação entre o professor-aluno, o aluno-professor e o aluno-aluno em sala de aula. Nesta relação discursiva, o tempo organiza o ensino de língua tendo como parâmetro de referência o

locutor que se encontra na posição de *'eu'* sendo aquele que estabelece a enunciação e singulariza-se no exercício da língua promovendo a subjetividade na linguagem (FLORES, 2020).

A referência é criada através de três índices específicos, tais como: pessoa, espaço e tempo. Tendo em vista que a referência é efêmera porque dura somente o instante da enunciação. Assim, o enunciador-escrevente ao escrever um texto emite um discurso e, logo em seguida ao reescrevê-lo, profere um novo discurso que abrange novas perspectivas a respeito do assunto abordado. Tal elaboração e reelaboração do ato discursivo textual narrativo escrito e reescrito apresenta o intuito de estabelecer um elo entre o locutor e o interlocutor. Esta relação entre o *'eu'* e o *'tu'* é de diálogo, não ocorre superioridade entre os sujeitos porque eles acabam se intercalando ao longo do discurso. Com isso, a enunciação é compreendida como um processo no qual o locutor faz uso da língua para dar vida ao enunciado (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2013; FLORES, 2018).

1.1. A enunciação escrita em Émile Benveniste

O locutor em sua essência precisa interagir com o outro para garantir a sua existência e para isso criou várias maneiras de se comunicar e expressar o seu pensamento. Uma dessas maneiras foi a escrita na qual o homem busca organizar o seu dizer por meio da transcrição das suas ideias na folha de papel e, assim, compartilhar seus conhecimentos com o seu interlocutor.

Nesse processo da escrita percebe-se que essa apresenta características próprias, as quais as tornam diferentes do processo que constitui a oralidade. Com isso, dependendo do alocutário e da situação de discurso, o enunciador-escrevente mantém o seu ato enunciativo mais monitorado ou menos monitorado, e nesse processo a escrita tende a ser mais monitorada do que a oralidade. Contudo, isso depende da relação de proximidade entre locutor e alocutário na instância de discurso, tendo em vista que a oralidade ocorre de modo síncrono no qual locutor e alocutário constroem o discurso quando o ato enunciativo acontece. De modo diferente, a escrita ocorre de forma assíncrona na qual o interlocutor acessa os conhecimentos do enunciador-escrevente em outro tempo em que o ato escrito foi produzido.

A escrita é vista por Benveniste (2006) em “*O aparelho*” como uma forma complexa de discurso, sendo um sistema de escrita que engendra outro sistema dentro do domínio semiótico da língua. Sendo assim, ao escrever o enunciador-escrevente faz uso da língua para promover a enunciação e construir referência ao seu discurso escrito, atribuindo sentido ao seu ato de dizer.

Já em “*Últimas aulas*”, Benveniste (2014) compreende que a escrita é um sistema semiótico que tem o poder de autossemitização da língua, em virtude de a língua ser capaz de interpretar outros sistemas semiológicos e ser um sistema significante.

1.2. A enunciação escrita e a enunciação falada

Benveniste (2020 e 2006) apresenta algumas concepções a respeito da escrita a qual é compreendida pelo autor como sistemas de representação. Benveniste também faz uma relação da língua escrita com a língua falada, bem como a escrita inserida em uma relação de engendramento de sistema.

Desse modo, no que se refere à escrita como sistemas de representação, Flores (2018) compreende que Benveniste apresenta os “tipos” de escrita, pois Benveniste (2020) aborda que o locutor organiza a língua ao reconhecer os sons semelhantes constituintes do alfabeto.

A relação da língua escrita com a língua falada feita por Benveniste (2020) estabelece algumas marcas que geram contrastes nessa relação. Assim, Benveniste compreende que as relações do sistema verbal sincrônico busca articular-se as diferentes formas temporais do sistema da língua (FLORES, 2018; BENVENISTE, 2020).

Benveniste (2006) também aborda a língua como um sistema de engendramento que se encontra atrelada às relações do sistema semiótico. Sendo assim, Benveniste (2006, p. 61) afirma que “um sistema pode engendrar um outro sistema”, pois os sistemas podem se constituir por meio das relações que estabelecem com os outros sistemas e a função específica que ocupa dentro desta relação de engendramento.

Ao refletir sobre a perspectiva enunciativa que envolve a enunciação falada e a enunciação escrita, Benveniste (2006) compreende que as alterações lexicais necessitam de serem estudadas, pois são elementos que fazem parte da enunciação, assim como a fraseologia que é uma característica da oralidade. A enunciação falada e a enunciação escrita são atos diferentes e, portanto, estão inseridos cada um em seu espaço. Com isso,

“o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Podemos perceber que Benveniste (2020 e 2006) apresenta alguns termos a respeito da enunciação e da escrita, além de estabelecer uma distinção entre a enunciação falada e a enunciação escrita. Benveniste (2006) em seu texto intitulado “*O aparelho formal da enunciação*” compreende que a escrita é uma forma complexa de discurso porque engloba elementos que estão no “limite do diálogo”. A escrita tem aparência de um diálogo, mas a sua estrutura não é de diálogo.

Através do ato de escrever o enunciador-escrevente mobiliza a língua para estabelecer a enunciação. Assim, para o locutor proferir o discurso necessita falar de si para que constitua o processo do seu dizer que revela o fato de alguém ter dito algo, contribuindo para a construção da referência no discurso escrito. Desse modo, a escrita é um sistema semiótico que interpreta outros sistemas da língua, sendo uma enunciação sem diálogo porque na escrita o enunciador-escrevente enuncia-se a um interlocutor ausente, mas que se faz presente por meio da enunciação do locutor. Com isso, a escrita mantém interpretação com a oralidade. O sistema pode ser complexo, mas o indivíduo se instaura nesse sistema através do sistema semiológico da língua.

1.3. A escrita abordada por Émile Benveniste em *Últimas aulas*

A escrita é um ato que se realiza através de um encadeamento de termos linguísticos e de um engendramento de sistemas da língua que favorecem a constituição da escrita, bem como na organização da escrita na instância de discurso. Com isso, o enunciador-escrevente ao proferir o seu discurso escrito, o realiza em detrimento do outro para se enunciar e promover interação com os participantes do ato discursivo de produção do texto escrito.

A escrita faz parte do sistema semiológico e mostra a capacidade que a língua tem de autosemiotização. O processo enunciativo envolve alguns aspectos como: a realização vocal da língua que refere-se aos sons que o sujeito falante produz ao enunciar-se em diferentes situações de discurso; a semantização da língua que está relacionada ao uso que o locutor faz da língua ao promover a enunciação, sendo a enunciação

estabelecida por um ato individual de utilização da língua pelo sujeito falante no discurso; e o quadro formal de realização que é a utilização particular que o locutor faz da língua ao promover a sua enunciação. Tais aspectos enunciativos contribuem para que o enunciador-escrevente se aproprie do sistema de escrita e crie referência ao objeto de discurso por meio dos índices específicos de pessoa, espaço e tempo e dos procedimentos acessórios necessários para a realização de sua enunciação escrita.

O enunciador-escrevente no processo de interação com o seu alocutário leva em consideração os conhecimentos prévios do interlocutor para efetivar e estabelecer o discurso por meio da escrita do texto e alcançar os seus objetivos com o uso da língua, pois o enunciador-escrevente entende que o seu alocutário o auxilia ativamente no processo de construção da escrita do texto.

Com isso, as particularidades entre a escrita e a oralidade já podem ser percebidas por meio da interação entre os participantes do discurso, pois no que se refere a oralidade, a sua situação de discurso ocorre de uma maneira simultânea entre o locutor e o interlocutor do ato enunciativo. Neste processo o locutor promove ajustes a sua fala de acordo com os interesses demonstrados pelo seu interlocutor durante o ato discursivo. Sendo assim, a oralidade é construída através de um sistema síncrono de coprodução entre locutor e alocutário no instante da situação de enunciação.

Já na escrita, a situação de discurso ocorre no sistema assíncrono no qual o locutor-escrevente necessita produzir o seu texto escrito de modo a se constituir como locutor e compartilhar conhecimentos ao inferir que o seu interlocutor também possa acessar tais conhecimentos para que seja capaz de compreender o texto escrito. Isso porque na escrita o alocutário não tem a possibilidade de tirar alguma dúvida sobre o texto com o locutor-escrevente, pois a depender da situação discursiva, os participantes deste ato estão em espaços diferentes. No processo de escrita o locutor-escrevente pode editar o seu texto realizando a sua escrita e a reescrita para deixá-la bem planejada para o seu interlocutor.

A escrita se constitui como um sistema semiótico que apresenta a capacidade de autossemiotização da língua pelo fato de a língua ser o único sistema significante, além de ser interpretante dos demais sistemas semiológicos. A escrita compreende uma objetivação que faz parte da natureza da língua ao se semiotizar (BENVENISTE, 2014).

Com isso, a escrita é composta por diferentes elementos dos sistemas gráficos que marcam as características do signo no domínio semiótico. A escrita se instituiu como sendo um instrumento formal da língua ao se distanciar da fala, pois a fala é produzida por meio de palavras discretas que o locutor reúne as peças do jogo para formar o

discurso. Já a escrita é produzida de modo global para promover a progressão do pensamento do locutor-escrevente, sendo a escrita uma linguagem interior (BENVENISTE, 2014).

Para Benveniste (2014, p. 157) a língua tem o poder de semiotizar qualquer objeto e até a si mesma por apresentar a capacidade de estabelecer representações, pois as funções da língua são em sua essência significantes. A escrita apresenta a capacidade de transformar a sua função, passando de instrumento para iconizar o referente, já que a escrita possibilita a construção da referência através dos elementos que compõem o seu próprio discurso.

Benveniste (2014) busca relacionar a língua com a escrita e, durante este processo, percebe que tanto a língua quanto a escrita apresentam o mesmo modo de significar, pois existe uma correlação entre falar / ouvir / escrever / ler, tendo em vista que quando o locutor profere o discurso falado o faz para o seu interlocutor ouvi-lo e, quando o locutor-escrevente interage por meio do discurso escrito, o faz para o seu interlocutor lê-lo. É uma operação que implica um ato ao outro ao ser empregado pelo locutor ao promover a sua enunciação. A escrita é um ato secundário da fala, sendo a fala um ato primário. A escrita é um sistema semiótico que apresenta particularidades próprias do ato de escrever, pois o enunciador-escrevente necessita converter a língua em imagem para enunciar-se por meio do discurso escrito realizando abstrações e desaproximando-se da língua oral representada pelo caráter fonoacústico.

Sendo assim, a fala dá suporte a escrita e, a cada leitura que o locutor realiza do texto escrito, essa escrita ganha uma nova fala através das diversas interpretações que o sujeito falante faz dos signos linguísticos. A fala é um sistema que ao ser produzido pelo sujeito falante se torna efêmero no ato discursivo, enquanto a escrita adquire características de ser um sistema no qual o ato enunciativo se torna mais duradouro ao ser produzida pelo enunciador-escrevente. Tanto a fala quanto a escrita utilizam sistemas que implicam outro sistema, como a fala utiliza o sistema da voz e necessita do sistema auditivo do locutor para efetivar o discurso falado. Já a escrita utiliza o sistema da mão e necessita do sistema da visão do enunciador-escrevente para realizar o ato enunciativo escrito (BENVENISTE, 2014).

Benveniste (2014) aborda a questão da pictografia para explicar os atos de ler e escrever, pois para o autor a pictografia é um ato que o locutor não pode ler, apenas pode-se compreender. Já na escrita o locutor pode ler, pois é um ato marcante da escrita e, tais processos “ler” e “escrever”, são atos intrínsecos um ao outro no instante de construção

do texto escrito. Para Benveniste (2014) a relação entre “ler” e “escrever” estabelece semelhança com a fala de uma maneira simétrica, visto que para o locutor ler é necessário ele ouvir; para o locutor escrever é preciso ele enunciar-se no discurso.

Através da escrita o enunciador-escrevente coloca a língua em funcionamento e possibilita a interação entre o “eu” e o “tu” no discurso ao compreender a situação na qual a sua escrita está inserida, o espaço e o tempo do ato. Desse modo, Benveniste (2014) faz uma indagação a respeito da relação entre a fala (sistema primário) e a escrita (sistema secundário), abordando que

(...) A partir do momento em que se coloca a escrita no prolongamento da fala e sempre como uma forma de fala, parece que a escrita é não um signo, mas um *revezamento (relais)* da fala: um dispositivo que retoma e retransmite o conjunto dos signos recebidos (BENVENISTE, 2014, p. 181).

Sendo assim, a língua apresenta duas formas de significar no sistema semiológico, sendo exclusividade da língua tal capacidade, pois a língua significa através de suas unidades de signos em determinada língua e que essas unidades são reconhecidas pelos locutores de sua língua. A língua também significa por meio da compreensão e do reconhecimento que envolve a operação complexa de agrupar os signos linguísticos para produzir um enunciado escrito que seja repleto de significação (BENVENISTE, 2014).

1.4. Considerações parciais

A escrita é um sistema semiótico que permite que o enunciador-escrevente se enuncie na linguagem, construindo um discurso organizado, e compartilhe seus saberes com o seu alocutário, tendo em vista que esse seu alocutário ao estar inserido na mesma situação discursiva, necessita apresentar os mesmos conhecimentos do enunciador-escrevente para que a enunciação se efetive na instância de discurso.

Através da forma complexa do discurso que é a escrita vista por Benveniste, o enunciador-escrevente constrói o processo de referência ao proferir o discurso por meio da escrita. Além disso, a escrita estabelece o engendramento de outro sistema que está incluído na unidade do sistema semiótico. Com isso, a escrita é capaz de se autossemiotizar, pois a língua em sua natureza apresenta uma característica de interpretar os demais sistemas semiológicos.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NO TEXTO ESCRITO

2. A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA NO TEXTO ESCRITO

A construção da referência ocorre através de um jogo de palavras na busca de tentar ordenar os signos linguísticos à “realidade do discurso” conforme aponta Benveniste. Tal “realidade de discurso” apresenta particularidades próprias do ato de referir, pois na instância de discurso a relação entre o “eu” e o “tu” se estabelece de modo singular no qual o “eu” é sempre único a cada enunciação proferida, e o “tu” se constitui na instância de discurso como sujeito da alocação. Com isso, o “eu” e o “tu” promovem uma parceria e se intercalam para construir a “realidade de discurso”. Neste processo, o “eu” e o “tu” se caracterizam pela capacidade de se remeterem a si mesmos na realidade de discurso em detrimento de um “ele”. Já esse “ele” se remete a uma referência objetiva, não sendo capaz de se remeter a si mesmo no discurso (BENVENISTE, 2020; FLORES, 2019).

No que diz respeito à referência no texto escrito, sabemos que a escrita é um processo que exige capacidades linguísticas, textuais e discursivas por parte do locutor-escrevente. Para que o interlocutor compreenda o enunciado escrito é necessário que o enunciador-escrevente produza sentido a sua escrita e crie referência ao seu texto junto ao enunciatário. O texto necessita estar bem planejado, organizado e as suas unidades estabelecendo ligação entre si, visando produzir sentido e referência junto ao enunciatário.

Os signos apresentam suas particularidades ao desempenharem determinadas funções no texto escrito. Os recursos semióticos e semânticos subjacentes à enunciação permitem que os signos linguísticos estabeleçam sentido à sequência textual.

A escrita é um ato que representa uma ação de troca entre o locutor e o interlocutor, para produzir sentido ao texto. Porém o alocutário não está presente no momento do ato enunciativo proferido pelo locutor e isso evidencia uma particularidade da enunciação escrita. O quadro figurativo da enunciação apresenta particularidades na escrita ao mostrar que a relação entre o “eu” e o “tu” ocorre de um modo que pode ser real / imaginado, individual / coletivo, sendo o “eu” o começo do discurso e o “tu” o final do discurso proferido pelo locutor “eu”, ambos são protagonistas da enunciação de uma forma intercalada no discurso. E, nesta relação interativa, o locutor compreende que o seu interlocutor está ciente dos seus saberes, para isso, cria uma trilha com vistas a direcionar

o interlocutor à cena enunciativa com base nos índices de pessoa, espaço e tempo, além dos procedimentos acessórios (BENVENISTE, 2006).

Durante o ato enunciativo escrito o locutor-escrevente enuncia o seu discurso de acordo com a situação do ato enunciativo e de seus participantes (FLORES, 2020; BENVENISTE, 2020; 2006). Embasando-nos nos estudos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2020 e 2006) o qual compreende que a escrita envolve mecanismos de “*agenciamento*” de formas linguísticas através dos quais busca construir referências. Assim, a enunciação é um ato que busca significar em sua essência e o homem está completamente imerso no sistema semiológico da língua.

Desse modo, compreende-se o plano semiótico como um nível em que entidades formais (os signos linguísticos) se relacionam de modo opositivo estando relacionado ao sentido e o plano semântico como o uso do sistema linguístico, ambos relacionados às novas construções de sentido que ocorrem com o engendramento discursivo. Benveniste (2006, p. 61), no capítulo 3 intitulado *Semiologia da língua*, do livro *Problemas de Linguística Geral II*, afirma que “um sistema pode engendrar um outro sistema” e, dessa maneira, há uma hierarquia nas relações entre os sistemas linguísticos que auxilia a compor a constituição do referente de forma organizada e articulada na enunciação escrita. O sistema da língua estabelece uma relação de engendramento no discurso que é constituído por dois planos, o semiótico e o semântico, que cumprem uma função específica na língua para significar o dito.

2.1. A referência no texto escrito segundo a teoria da enunciação de Benveniste

O processo de referência consiste na singularidade da “realidade de discurso” e representa uma necessidade que o locutor apresenta para se propor como sujeito a partir do momento em que estabelece interação com o outro no discurso, situando os objetos discursivos no tempo e no espaço durante o ato enunciativo, conforme o foco atribuído pelo locutor a tais objetos de discurso. É através da linguagem que o locutor consegue realizar esse fenômeno de referir e correferir, pois a linguagem se constitui como uma propriedade humana a qual revela a experiência do homem na língua (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2019).

O locutor desenvolve estratégias discursivas de referenciação para estabelecer interação com o outro e construir o diálogo favorecendo a sua compreensão. A criação de

sentido entre as unidades do texto escrito está atrelada à intersubjetividade do discurso no instante que o enunciador-escrevente evoca o objeto referido no ato enunciativo escrito.

De acordo com Benveniste (2006) o locutor-escritor através do uso da língua estabelece relações semióticas e semânticas para promover a enunciação escrita. Assim, para compreender o texto escrito necessitamos acessar conhecimentos a respeito da organização do signo linguístico e apresentar a habilidade de interpretar a enunciação proferida pelo locutor no ato da escrita, já que o locutor por meio de sua escrita busca significá-la, ou seja, prepara um caminho para atribuir sentido ao enunciado escrito.

Com isso, a construção da referência pelo enunciador-escrevente necessita estar alicerçada na situação de discurso para que a enunciação seja preenchida de sentido e o alocutário seja capaz de compreender o ato enunciativo escrito, tendo em vista o contexto no qual o texto escrito foi produzido, buscando fazer inferências a respeito do objeto de discurso para promover a conexão entre as unidades do texto e, nesse processo de escrita a referência está sempre em construção e reconstrução pelos participantes do ato discursivo.

A referência é um elemento fundamental para que o locutor desenvolva o seu discurso de modo a produzir sentido ao seu dizer, fazendo com que o seu alocutário compreenda o seu enunciado, seja falado ou escrito, de forma eficaz. Ainda assim, nesse processo de compreensão textual, por mais que o locutor deseje ter o domínio do sentido empregado ao texto, esse domínio escapa pelos dedos, pois o sentido se (re)constrói a partir de cada leitura realizada pelo interlocutor, considerando a sua experiência humana, com isso, o sentido se faz múltiplo a cada instante enunciativo (BENVENISTE, 2006).

O locutor desenvolve estratégias discursivas de referir para estabelecer interação com o outro e construir o diálogo favorecendo a sua compreensão. Sendo assim, Flores (2020) afirma que as habilidades de compreender e de reconhecer fazem parte de um jogo entre o geral e o específico em que estão atrelados a forma e o uso da língua pelo locutor no eixo da sintagmatização-semantização durante o processo de referir e correferir no discurso.

A criação de sentido entre as unidades do texto oral está atrelada à intersubjetividade do discurso no instante que o locutor evoca o objeto referido no ato enunciativo. No texto escrito ocorre uma sequência de ideias que representam a linguagem interior do locutor que são proferidas de modo silencioso pelo sujeito falante no ato enunciativo escrito. Com isso, o alocutário estabelece a interpretação dos signos linguísticos escritos.

Benveniste em seu texto “*A linguagem e a experiência humana*” aborda a questão do tempo como uma das categorias inerentes às línguas, pois compreende que para o locutor colocar a língua em funcionamento precisa situar o seu discurso na e pela linguagem. Não havendo língua que não tenha os índices específicos de pessoa e tempo na sua constituição de emprego da língua. O locutor que se enuncia como “eu” e estabelece o “tu” como seu interlocutor se apresenta sempre novo no seu discurso, compreendendo a diversidade de situações que o ato discursivo está inserido. E tal mecanismo da dêixis pessoal é marcado pelo tempo que sofre atualização constante a cada instante em que o locutor profere um novo ato enunciativo, no qual confere ao discurso sua singularidade na experiência subjetiva da enunciação.

Portanto, nesta relação dialógica entre a *pessoa* e o *tempo* se instauram formas linguísticas, nas quais o locutor estabelece a sua particularidade na instância da fala que compreende o “agora” da enunciação através dos dêiticos, além dos pronomes pessoais.

Para Benveniste (2006) o tempo está relacionado à experiência humana e compreende a individualidade do locutor na relação entre o “eu”, o “tu” e o “ele”. De acordo com Benveniste (2006) “a língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância do discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 75). É próprio da língua instaurar o tempo “presente” para promover a referência no discurso ao entender a experiência humana na e pela linguagem.

Sendo assim, é por meio das experiências do homem que ele busca estabelecer referências na interação com o outro. É na relação entre o “eu”, o “tu” e o “ele” que o enunciador-escrevente constrói referência ao seu dizer considerando o tempo e o espaço no qual o discurso escrito foi produzido

2.2. A experiência humana e o uso da língua

O homem estabelece a sua singularidade na linguagem através da experiência no uso da língua e essa experiência ressalta a cultura e a história do homem na linguagem, na qual é cada vez única no ato enunciativo, pois o sujeito falante assume o seu papel de enunciar-se a cada discurso. A enunciação é um processo que se constrói e reconstrói a cada instante em que o discurso é proferido e isso revela a capacidade que o homem apresenta de conseguir manusear a língua e criar palavras novas atribuindo novos

significados aos termos através da sua inventividade. Logo, Benveniste (2006) afirma que “Todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda a sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de sua maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova” (BENVENISTE, 2006, p. 18). Com isso, o discurso se organiza de acordo com a situação enunciativa, possibilitando ao locutor estruturar a sua fala constantemente por meio da organização que realiza da língua.

De acordo com Benveniste (2006) a subjetividade do locutor abrange a sua experiência na e pela linguagem de modo situado as categorias de pessoa, tempo e espaço. Dessa forma, Benveniste (2006) afirma que “Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 68). Assim, compreendemos que as categorias se fazem presentes em todas as culturas e o ato enunciativo deve ser sempre situada, pois a categoria é subjetiva ao sujeito.

Segundo Silva e Endruweit (2011), a subjetividade e a intersubjetividade são características essenciais para instituir o locutor como sujeito na linguagem, uma vez que em todas as línguas existem a categoria de pessoa, pois a pessoa “eu” permite que a língua seja colocada em funcionamento no discurso. O “eu” e o “tu” possibilitam a interação entre o locutor e o alocutário promovendo a intersubjetividade no ato enunciativo.

Na enunciação, segundo Benveniste (2006) a pessoa que diz “eu” se apresenta em sua individualidade neste ato, pois nesta relação discursiva o “eu” sempre estabelece oposição ao “tu” e ao “ele”, e este aspecto linguístico é intrínseco ao discurso. Percebe-se que apesar da individualidade do homem na linguagem, esse homem não está sozinho nesse processo de se constituir como sujeito, pois necessita do outro para que este processo da língua-discurso se efetive de fato e o locutor coloque a língua em funcionamento no discurso sempre atualizado e irrepitível da experiência do homem na língua. Segundo Agamben (2005) a experiência e a infância são fundamentais para constituir o homem na linguagem, sendo a linguagem um lugar de verdade justamente porque abarca a experiência e a infância do sujeito permitindo que o homem se instaure na língua através da linguagem para promover o discurso.

Para Benveniste (2006) o homem está implicado na linguagem e coloca a língua em funcionamento ao estabelecer o emprego da língua que é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é

apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Portanto, o emprego da língua é a própria enunciação, o ato de construir enunciado através da apropriação da língua pelo locutor no discurso.

A cada discurso o locutor se reinventa e atualiza o seu discurso constantemente mancando assim, a sua experiência na linguagem. E este processo ocorre através do domínio semiótico e do domínio semântico, pois é onde acontece o momento da travessia do locutor para converter a língua em discurso e se constituir como um sujeito na linguagem.

Para Benveniste (2006) a linguagem busca significar e há dois modos do locutor promover a referência na língua e se instituir como sujeito no discurso que é através do sistema semiótico e do sistema semântico. Com isso, Benveniste (2006) aborda que existem duas formas da língua ser língua e que estão atreladas a forma e ao sentido na linguagem e que compreendem o sistema semiótico o qual está relacionado ao emprego formal do signo linguístico e o sistema semântico o qual está relacionado a língua em emprego e ação. Segundo Benveniste (2006) no domínio semiótico a forma que constitui o signo linguístico está atrelada ao significante e “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (BENVENISTE, 2006, p. 225). Já o sentido que constitui o signo linguístico compreende o significado.

Segundo Flores (2013), Benveniste amplia o sentido do signo linguístico à forma, pois para Benveniste (2006) um signo se relaciona e se opõe a um outro signo por meio do uso da língua pelo locutor e, através desse processo, um determinado signo diferencia-se de um outro signo no interior da língua dentro do domínio semiótico, ou seja, dentro do nível intralinguístico.

Para Benveniste (2006) o signo linguístico representa o uso que o locutor realiza da língua no instante do ato enunciativo. Assim, o signo precisa significar e se relacionar com outros signos para poder fazer parte do uso da língua pelo locutor no ato enunciativo.

Já no domínio semântico, a frase é uma das principais formas que o locutor encontra para poder se comunicar com seu interlocutor. Para Benveniste (2006) é através da unidade semântica que o locutor acessa o “domínio da língua em emprego e em ação” (BENVENISTE, 2006, p. 229). Sendo assim, Benveniste (2006) afirma que

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (BENVENISTE, 2006, p. 229).

Com isso, para que o locutor consiga produzir o discurso, ele necessita fazer uso da frase. Desse modo, a unidade do domínio semiótico é o signo e a unidade do domínio semântico é a palavra. Assim, a palavra ganha sentido ao fazer parte “de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional (BENVENISTE, 2006, p. 332). A frase ganha sentido através da ideia transmitida no ato do discurso por meio do agenciamento de palavras realizado pelo locutor ao se enunciar.

Sendo assim, Benveniste (2006, p. 230) compreende que a forma do domínio semântico é o sintagma e no domínio semiótico é o paradigma. Segundo Benveniste (2006) no domínio semântico a ideia representa o sentido que constitui a frase e de acordo com Flores (2013) “esse sentido se realiza, do ponto de vista da forma, pelo sintagma, pelo que chama de *agenciamento de palavras*, pela organização sintática, pela ação que as palavras exercem umas sobre as outras” (FLORES, 2013, p. 141-142). Desse modo, Benveniste ao alargar o entendimento a respeito da frase, além de abordar as diferenças entre as unidades semióticas e semânticas, traz à tona o fenômeno da referência, já que a referência é um aspecto que marca presença no domínio semântico, enquanto no domínio semiótico este aspecto da referência não se encontra presente. Assim, o locutor ao proferir o discurso realiza o mecanismo de agenciamento de palavras para promover o seu emprego após se remeter a uma ideia e a um sentido particular no ato enunciativo.

Dessa forma, percebe-se que o signo e a palavra apresentam sentidos diferentes dependendo do agenciamento de palavras realizado pelo locutor durante o ato enunciativo, pois em cada situação de discurso tal sentido e a forma podem ser constituídos por limitações no instante do ato enunciativo.

Para Benveniste o processo de sintagmatização engloba o agenciamento de palavras, tendo em vista a forma do sentido no domínio semiótico e no domínio semântico, pois tais domínios constituem a língua e o seu uso pelo locutor através dos eixos paradigmáticos e sintagmáticos. Desse modo, Benveniste (2006) deixa claro as

particularidades existentes em cada um dos sistemas semiótico e semântico em que cada sistema tem o signo ou a palavra como seu representante.

Através deste processo de auxiliação no verbo, os termos que apresentam características opositivas se coligam para buscar enfatizar a ideia de que desejam passar no ato discursivo. Sendo assim, Flores (2013) aponta que

Há aqui algo novo: o sentido da frase depende de uma compreensão global; a forma depende de uma dissociação analítica. Ora, sentido como compreensão global e forma como dissociação analítica são elementos novos nesse raciocínio e mereceriam maior atenção por parte dos estudiosos da enunciação (FLORES, 2013, p. 144).

Percebe-se que nos estudos benvenistianos a forma e o sentido na língua assumem uma característica complexa da perspectiva apresentada por Saussure em seus estudos no Curso de Linguística Geral a respeito da relação entre língua e fala. Flores (2013) destaca que a distinção entre Saussure e Benveniste é que para Saussure a divisão do sistema semiótico e do sistema semântico se encontra na linguagem. Já para Benveniste a língua se constitui como sistema semiótico e como sistema semântico, e esta separação ocorre no interior da língua. Desse modo, Flores (2013) retoma ao pensamento de Benveniste (2006) o qual diz “Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BENVENISTE, 2006, p. 229), tendo como base o domínio semiótico e o domínio semântico que constituem a língua.

No debate que há no final do capítulo 15 intitulado ‘*A forma e o sentido na linguagem*’, Benveniste responde a Gochet sobre a distinção que buscou realizar a respeito do domínio semiótico e do domínio semântico dizendo que “na dicotomia que propus, qualquer forma de frase não tem espaço no domínio do semiótico” (BENVENISTE, 2006, p. 235). Ao responder a Piguet, Benveniste diz que “Distingo entre as unidades ditas signos da língua, tomados em si e enquanto eles significam, e a frase, onde os mesmos elementos são construídos e agenciados em vista de um enunciado particular. Concebo então duas linguísticas distintas” (BENVENISTE, 2006, p. 240). Segundo Flores (2013) a “língua-discurso” é um ato que promove a quebra das diferenças estabelecidas por Benveniste sobre a língua no domínio semiótico e no domínio semântico.

Dessa forma, a referência está relacionada a situação do ato enunciativo, levando em consideração a experiência do locutor no discurso proferido. Normand (2009, p. 161-

162) aponta que Benveniste trata nos seus estudos a respeito de uma *linguística do discurso ou semântica*, na qual exalta particularidades que envolvem o sentido e a referência e que este aspecto representa a singularidade que é intrínseca ao locutor no momento da construção do discurso.

Benveniste (2006) estabelece uma oposição entre os indicadores de pessoa “eu”, “tu” e “ele” na qual tais indicadores fazem referência à realidade de discurso. Com isso, Normand (2009, p. 162) compreende que Benveniste não diferencia sentido e referência no que tange os indicadores de pessoa, pois segundo Benveniste (2020) “Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal [...] *Eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’” (BENVENISTE, 2020, p. 274). Desse modo, nota-se que o elemento referencial é revestido pelo aspecto particular e único da enunciação.

O aspecto lógico-semântico que envolve a referência em Benveniste (apresenta um complexo arranjo com relação a descrição formal, pois “de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios” (BENVENISTE, 2020, p. 279).

Para Benveniste (2006) os indicadores de pessoa, tempo e espaço estão a todo o momento fazendo referência à instância de discurso. Tal referência está atrelada, segundo Flores (2019, p. 85) “a função e o uso” que cada um dos indicadores apresentam no ato discursivo. Assim, Benveniste aborda a questão da autorreferência para sinalizar que os indicadores de pessoa, tempo e espaço, ao serem capazes de fazer referência a si mesmo no discurso, acabam refletindo o seu emprego que se atualiza e se torna único na realidade da instância de discurso. O locutor ao fazer uso da língua tem a necessidade de fazer referência a determinado objeto de discurso para poder estabelecer sentido a sua enunciação.

Benveniste (2006) apresenta a sua perspectiva sobre a referência pessoal, temporal e espacial. Veremos cada um desse aspecto referencial, a começar pela referência pessoal. Para Benveniste (2006) a referência pessoal é a base para o funcionamento da língua, pois através da referência pessoal o locutor na condição de “eu” promove o exercício da fala ao se enunciar para o seu interlocutor que se encontra na posição de “tu” em detrimento de um “ele” que é o objeto de discurso, sempre estabelecendo uma relação de dupla oposição entre “eu / tu / ele” no ato discursivo. Com

isso, o discurso revela a subjetividade do locutor e aponta para a construção da referência no ato enunciativo.

No que diz respeito a referência temporal, Benveniste (2006) compreende que o “agora” é uma característica própria da enunciação que se faz novo a cada ato de discurso. Neste processo ocorre o engendramento constante da continuidade e do tempo no presente do discurso e através da referência interna acontece um movimento de deslocamento do tempo possibilitando identificar o presente do discurso e o que já passou.

Com relação a referência espacial, Benveniste (2006) afirma que o “aqui” e o “agora” buscam se organizar por meio dos indicadores de pessoa para se referir ao objeto na instância de discurso. Tal objeto é determinado pelo indicador de ostensão e pela referência para estabelecer relação com o “eu” e com o “tu” no ato discursivo.

Diante do exposto, percebe-se que o indicador “eu” comanda todo o ato de referência que implica o próprio indicador de pessoa, tempo e espaço. E por meio da referência o locutor se institui na língua e passa para a condição de sujeito falante assumindo o ato de enunciar através do indicador “eu” no discurso. A autorreferência revela a experiência humana que o locutor apresenta da língua. Benveniste (2020) aborda a questão do “ele” como a não pessoa em virtude de ser um pronome de terceira pessoa. Flores (2019) em seu livro intitulado “*Problemas gerais de linguística*” compreende que a não pessoa “ele” marca presença no discurso de “eu”, pois há uma singularidade na língua que se revela por meio da presença do locutor no ato enunciativo.

Desse modo, o “ele” tratado como a não pessoa em Benveniste preenche uma função particular na instância de discurso, pois para que o locutor profira o discurso, ele necessita falar de algo e este algo é representado pelo “ele”. Portanto, o “ele” tem a sua presença marcada na situação de discurso, a qual não se repete no ato enunciativo. Com isso, o locutor na condição de “eu” coloca a língua em funcionamento através do sistema de referências tendo em vista a singularidade da língua. Sendo assim, os indicadores de pessoa, tempo, espaço não precisam estar marcados de maneira evidente no discurso para se fazer presente na enunciação.

Dufour (2000) aborda as especificidades entre o “eu-tu-ele” no sistema da língua, visto que o discurso implica um locutor que faça uso da língua colocando-a em funcionamento ao se dirigir a um interlocutor em detrimento de um outro.

Flores (2019) afirma que “a enunciação instaura uma relação muito particular entre língua e realidade. Isso permite entender que a enunciação, em função de sua propriedade autorreferencial, dá existência a um mundo na língua relativamente ao

falante” (FLORES, 2019, p. 108). Assim, a enunciação se caracteriza como um ato que possibilita a autorreferência no discurso e isso permite que o locutor faça uso da língua a partir da sua realidade e se instaure como sujeito falante no seu discurso singular.

De acordo com Dufour (2000) o sujeito da frase, o “eu”, necessita sofrer uma distinção com relação ao sujeito que aparece logo em seguida no enunciado. Esta retomada se apresenta como uma “gagueira” no que diz respeito ao enunciado *unário*. Para expor melhor o seu ponto de vista, Dufour faz uma distinção entre enunciado *binário* e enunciado *unário*. O enunciado *unário* é marcado pela pessoa “eu”, pelo espaço “aqui” e pelo tempo “agora” no funcionamento do unário possibilitando compreender o contexto do diálogo entre o locutor e o interlocutor. O enunciado *binário* é marcado pela ausência da causalidade na qual ocorre a negação das evidências e a oposição dos extremos provoca uma falha no discurso fazendo com que o “eu” torne-se objeto. Sendo assim, quando o locutor estabelece um diálogo com seu alocutário, está se instituindo como “eu” no discurso determinando na instância do ato discursivo quem está sendo o locutor na medida em que toma a palavra para proferir o discurso. Com isso, Flores (2019) afirma que o “eu” é a entidade que promove a passagem de locutor para sujeito falante no discurso.

Desse modo, o “eu” e o “tu” se intercalam no discurso, mas o mesmo não acontece com o “ele”, pois a não pessoa “ele” assume a posição de predicado verbal ao estar inserido no plano da terceira pessoa do discurso sendo o objeto de que se fala e não apresenta a necessidade de reclamar o outro no ato enunciativo. Assim, Benveniste (2020) compreende duas características sobre a pessoa na instância de discurso. A primeira característica é que na relação entre o “eu” e o “tu” há uma unicidade específica, pois o “eu” sempre que profere o discurso a um “tu” estabelece uma enunciação única e o “ele”, que é o objeto de discurso, pode indicar vários sujeitos como também pode não os indicar. A segunda característica é que durante o discurso ocorre uma troca de posição entre o “eu” e o “tu” que está relacionada a quem está proferindo a enunciação no momento do ato. O “ele” não estabelece relação com o “eu-tu” pelo fato de o “ele” não determinar algo ou alguém.

Há de se ressaltar que de acordo Benveniste (2020) o “eu” se constitui como pessoa subjetiva e o “tu” se constitui como pessoa não subjetiva, portanto, mesmo fazendo parte do indicador de pessoa, estabelecem aspectos particulares e de oposição que os tornam diferentes em sua forma.

Sendo assim, Benveniste (2020) compreende que a referência criada pela pessoa “eu” se dá na instância de discurso como um ato individual no qual o locutor profere o discurso e se constitui como sujeito no ato, indicando a *pessoa* da enunciação através das formas linguísticas “eu” e “tu” presentes no discurso.

2.3. Considerações parciais

A referência é um fenômeno que serve para organizar o discurso entre os participantes do ato, pois a relação entre o “eu” e o “tu” se institui na instância de discurso, tendo em vista a realidade na qual engloba tal ato. Neste processo de referir, o locutor revela a sua experiência humana de uso da língua, além de sua cultura e história na linguagem.

No processo de escrita de um texto, a referência possibilita que o locutor escrevente produza o seu texto de modo a promover a compreensão textual por parte do seu interlocutor, além de garantir a coerência e a coesão entre as unidades do texto permitindo que o texto flua e ocorra a progressão do tópico e do aspecto referencial. Desse modo, o interlocutor pode realizar inferências sobre o texto por meio do foco escolhido e das referências trazidas pelo locutor-escrevente durante a construção do seu texto escrito.

Para Benveniste existe duas linguísticas com características diferentes, uma na qual compreende o domínio semiótico e que está relacionada ao signo, e outra na qual compreende o domínio semântico e que está relacionada a frase. Desse modo, a questão da referência está inserida no domínio semântico, pois é nesta unidade semântica que se estabelece o discurso que é sempre único em determinada situação de instância discursiva proferida pelo locutor, cujo sentido que constitui uma palavra faz parte de um sintagma particular presente no ato enunciativo.

O ato enunciativo permite que o locutor seja criativo e invente a sua língua a cada vez em que se enuncia, pois o locutor pode (re)construir o seu discurso estabelecendo significados inéditos as palavras através do manuseio que é capaz de fazer com a língua.

CAPÍTULO 3

O ENSINO DE LÍNGUA-MÃE E A ENUNCIÇÃO

3. O ENSINO DE LÍNGUA-MÃE E A ENUNCIÇÃO

A língua é um sistema simbólico que permite que o homem estabeleça relação com o outro e com o mundo. À medida que o locutor faz uso da língua, revela a sua experiência na língua e estabelece a significação na e pela linguagem (BENVENISTE, 2006).

O locutor ao empregar a língua a preenche de sentido em determinada instância discursiva de uso da língua e este sentido é sempre reelaborado de acordo com a situação em que o locutor profere o seu dizer. Ao empregar a língua o locutor também cria a referência ao objeto do ato de discurso e esta referência se renova a cada instância enunciativa (FLORES, 2020).

Com isso, segundo Benveniste (2006) empregar a língua implica fazer a relação entre a forma e o sentido para poder colocar a língua em funcionamento e, neste processo, ocorre a passagem de locutor para sujeito e envolve fatores históricos e socioculturais de uso da língua.

O processo de aquisição do oral e da escrita é diferente, pois a produção da escrita constitui-se de modo secundário em relação à oralidade, no sentido de ser posterior à oralidade, pois em contextos normais a criança irá apropriar-se da fala primeiro e depois a criança irá apropriar-se da escrita.

No ensino de língua, o compartilhamento da experiência humana possibilita um ensino de língua significativo na relação de troca de conhecimento e vivência entre locutor e interlocutor no discurso. Assim, o ensino de língua deve estar inserido em uma prática na qual compreende que o locutor ao se apropriar da língua a coloca em funcionamento por um ato individual de uso no discurso (SILVA, 2016).

Silva (2016) destaca que, para Benveniste, a leitura se constitui como parâmetro para a escrita, assim como o ouvir se constitui como parâmetro para a fala. Tais fenômenos estão fundamentados na oposição entre os processos que estão em constante construção e reconstrução para buscar significar e ressignificar o ato enunciativo tanto falado quanto o escrito, a cada momento de enunciação. Sendo assim, o locutor promove a sua instauração de experiência linguística e histórica frente ao mundo no qual se encontra inserido. O locutor se enuncia na linguagem através de atos que a enunciação comporta, os quais são transformados em discurso a partir da apropriação da língua a cada nova instância enunciativa que está sempre atrelada ao processo de significação.

O ensino de língua precisa compreender o locutor como participante ativo no processo de construção do saber e possibilitar a sua autonomia para se instaurar como locutor ao promover a enunciação. Sendo assim, o locutor necessita reconhecer o seu interlocutor. O ensino de língua, ao compreender o uso da língua e que ela busca significar por natureza, abre caminho para uma prática de ensino de língua que segue uma abordagem enunciativa, na qual entende a intersubjetividade da referência temporal no discurso (SILVA, 2016).

O ensino de língua deve tratar o texto como uma unidade essencial para o desenvolvimento da capacidade textual, discursiva e enunciativa do educando, tendo em vista que trabalhar com o texto oral e escrito em sala de aula possibilita abordar a língua em sua completude, pois tanto a língua quanto o texto apresentam formas e sentidos singulares na linguagem (KNACK, 2012).

O processo de ensino-aprendizagem de língua materna e de aquisição da linguagem deve englobar o aspecto histórico e, com isso, compreender o emprego da língua e o modo de utilização que cada locutor realiza da língua para estabelecer a linguagem. Pois o sujeito está inserido na cultura e esta condição permite que a língua esteja em modificação ao longo do tempo. Esta experiência suscita pensar nas diversas modalidades de atos enunciativos, os quais permitem a criação de novas possibilidades de o sujeito se enunciar e sempre (re)atualizar o discurso de caráter semiótico (intralinguístico) e semântico (a língua em ação) na linguagem (SILVA, 2016; FLORES e TEIXEIRA, 2017).

Vale ressaltar que no ensino de língua os estudos enunciativos partem de uma abordagem da gramática que evoca o uso da língua pelo locutor. Este uso parte de um ato individual que ressalta a intersubjetividade do locutor no discurso. Os índices específicos de pessoa, espaço e tempo, além dos procedimentos acessórios são elementos fundamentais para a constituição do ato enunciativo no qual a referência se atualiza a cada discurso singularizando a enunciação (FLORES, 2020).

A enunciação é o núcleo que promove o arranjo do tempo. O elemento temporal linguístico relacionado ao texto, percebe-se que o fenômeno temporal se ordena com vistas a promover a progressão textual, tendo como base um sistema temporal linguístico que se organiza para estabelecer uma ordem na sequência de acontecimentos que estão marcados ou pressupostos no texto. Tais sistemas temporais de ordenamento e de organização são fundamentais para possibilitar a referência (sistema enuncivo) no discurso a partir do presente da enunciação (sistema enunciativo). Os sistemas enuncivos

e enunciativos abrangem os subsistemas referentes ao passado, ao futuro e à categoria topológica que implicam a referência no ato discursivo promovendo a distinção entre as variações relacionadas ao tempo linguístico (FIORIN, 2016).

No ato da enunciação escrita, o sujeito busca aprimorar o texto (re)elaborando a sua (re)escrita a partir das suas reflexões sobre a referência e os sentidos do texto narrativo (re)escrito. O locutor ao se apropriar da língua, dos índices específicos e de procedimentos acessórios assume a sua posição de locutor no discurso e preenche o espaço referencial no ato da enunciação escrita com vistas a promover a construção de sentidos no momento da interação com o interlocutor. No estudo da enunciação escrita, para reconhecer o mecanismo do tempo no texto narrativo (re)escrito, é necessário compreender a singularidade do locutor ao se instaurar nesse ato enunciativo escrito (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2013; FLORES, 2018).

Para Benveniste (2006 e 2014), a língua é um sistema interpretante por natureza e tem o poder de promover a organização dos sistemas semiológicos. Com isso, Benveniste (2014) ressalta a capacidade que a língua apresenta de '*autossemiotização da língua*', ou seja, a língua realiza a interpretação de si mesma e este aspecto da língua se torna perceptível quando colocamos no núcleo da análise linguística o fenômeno da escrita, pois neste instante fica clara a particularidade da língua de significar, sendo um sistema significante por excelência.

A escrita é um recurso no qual o locutor-escrevente revela a sua singularidade através de traços linguísticos que exibem o estado do locutor no momento em que escreve, sendo o mecanismo da repetição uma maneira que o enunciador encontra para enfatizar e/ou elaborar melhor o seu dizer ao utilizar as palavras. Assim, promove *ruminações* na tentativa de formular estratégias para expor e reconstruir e reconfigurar a sua escrita na busca de estabelecer a enunciação escrita. Além disso, o fenômeno da enunciação sofre variações de acordo com determinados gêneros utilizados pelo locutor para se enunciar (FENOGLIO, 2019).

Segundo Silva (2016) a escrita estabelece uma correlação com os demais sistemas da língua, ou seja, com o falar, com o ouvir e com o ler em que os envolvidos no ato discursivo simbólico apresentam consciência das especificidades de cada ato e promovem ações particulares em cada um deles ao se enunciarem.

Para Benveniste (2014, p. 128-130), a escrita é um sistema semiótico que tem as suas próprias representações. Com isso, a escrita estabelece uma forma específica no sistema semiótico da língua para promover significação, considerando que cada sistema

semiótico tem suas especificidades. Um sistema semiótico não pode dizer o que o outro sistema semiótico diz, pelo fato de um sistema não admitir a forma expressa pelo outro.

De acordo com Benveniste (2014) a escrita como um ato compreende a linguagem interior. É por meio da linguagem interior que é possível entender o processo de conversão da escrita que ocorre de modo situado na língua, sempre no momento “agora” do discurso escrito proferido pelo enunciador escrevente. Segundo Benveniste (2014) a escrita como atividade compreende um processo abstrato da língua ao ser convertida em imagem pelo locutor. Sendo assim, a atividade da escrita é representada por signos que ganham formas através dos movimentos das mãos realizados pelo enunciador escrevente no momento de produção do texto escrito. Com isso, o enunciador escrevente necessita deixar de lado a representação da fala no que diz respeito a exteriorização do pensamento e comunicação.

O ato de escrita pressupõe o ato de leitura. Tanto a escrita quanto a leitura estão inseridas no sistema semiológico da língua. Com isso, o locutor, para estabelecer a enunciação com seu alocutário, necessita escolher o meio em que irá interagir e compreender o funcionamento do sistema que está sendo utilizado para poder significar a linguagem através das relações internas (semióticas) e externas (semânticas) presentes nos sistemas das línguas (BENVENISTE, 2014).

Desse modo, o processo de produção de texto narrativo (re)escrito necessita de planejamento. Com isso, o professor, ao planejar a sua prática para o ensino de língua, deve compreender o ato enunciativo do locutor, a experiência humana que este locutor traz consigo, a sua singularidade no processo de escrita do texto narrativo e buscar ampliar os conhecimentos linguísticos, textuais, discursivos do aluno para promover a sua autonomia a partir da interação em sala de aula. É necessário compreender o aluno como um sujeito provido de linguagem que se apropria dos signos linguísticos para promover a enunciação (SILVA, 2016; FLORES e TEIXEIRA, 2017; FLORES, 2020).

3.1. A língua-discurso

A língua deixa transparecer os aspectos socioculturais e históricos que fazem parte da realidade de cada indivíduo e constitui uma atividade social significativa, que apresenta a capacidade de atribuir e expressar sentidos aos elementos constituintes do todo.

Para Benveniste a relação entre o locutor e o alocutário permite que haja uma interação discursiva que possibilita evidenciar a experiência humana de cada locutor na linguagem. Com isso, Benveniste (2006) afirma que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (BENVENISTE, 2006, p. 222). Assim, é no uso da língua que o locutor marca a sua presença na linguagem a cada discurso proferido no ato enunciativo. Portanto, o homem somente está inserido no ato enunciativo porque está presente no “*agora*” deste ato e o atualiza através da “inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). E por meio deste movimento que o locutor realiza da língua faz emergir toda a sua experiência na linguagem.

O emprego da língua requer a união da forma e do sentido para conseguir estabelecer a língua-discurso, pois nesta instância ocorre o ritual no qual há a travessia do locutor para sujeito. E este processo abrange os aspectos históricos, culturais e sociais nos quais o locutor está inserido na língua. Com isso, o locutor compreende a língua como um sistema interpretante de todos os sistemas e de si própria, pois de acordo com Benveniste (2006) a relação de interpretância que envolve a língua é essencial para a articulação dos sistemas e permite que tais sistemas mostrem a sua própria semiótica.

Sendo assim, a língua implica a sociedade e traz à tona o aspecto de duas faces que constitui a colocação da língua em emprego, pois tal estrutura e funcionamento que constitui a língua, segundo Benveniste (2006) tem base na metasssemântica que envolve as instâncias discursivas que fazem parte da sociedade.

Através da linguagem ocorre a instauração do locutor no discurso e este aspecto revela toda a experiência de linguagem desse indivíduo no meio sócio-histórico e cultural no qual está inserido. Sendo assim, a língua é um sistema integrado, na qual todos os seus domínios estão interligados e colaboram para que o locutor se aproprie dos signos linguísticos e realize o seu funcionamento na linguagem (BENVENISTE, 2020;2006; SILVA, 2016).

A língua é viva e se molda aos diversos usos que os sujeitos falantes fazem dela para se enunciarem *aqui* e *agora*. Tais enunciações abrangem aspectos particulares de cada língua e de cada indivíduo que estabelece o discurso através da linguagem. A dinamicidade da língua necessita estar presente na sala de aula para enriquecer o ensino de língua, revelando para o educando que existem diversas formas de falar determinada

palavra e está tudo bem, pois compreende o fenômeno da singularidade da linguagem que constitui o homem.

O ato enunciativo comporta o funcionamento da língua e implica a relação entre a pessoa “*eu / tu*”, o espaço “*aqui*” e o tempo “*agora*” no discurso. Para Benveniste (2005 e 2020) no que se refere à pessoa existe uma oposição entre o “*eu*” e o “*tu*” ao “*ele*” (não pessoa), pois o “*ele*” está fora do discurso sendo o objeto sobre o qual o “*eu*” e o “*tu*”, que estão dentro do discurso, falam e nesse jogo de oposição “*eu / tu*” promovem a enunciação. O “*eu*” e o “*tu*” complementam-se e estabelecem referência um ao outro no discurso revelando a voz da pessoa que se apropriou da palavra para dizer “*eu*” ao utilizar a língua para se enunciar na instância de discurso e nesta dança enunciativa o “*eu*” e o “*tu*” apresentam-se novos a cada ato discursivo.

O “*eu*” e o “*tu*” estabelecem a enunciação que é sempre irrepetível e esta enunciação implica o “*aqui*” e o “*agora*”, ou seja, o espaço e o tempo do locutor e do alocutário no ato. Para Benveniste (2005) o presente linguístico orchestra as relações de espaço e de tempo e permite que através da intersubjetividade a referência seja construída no discurso e, possibilita que a fala proferida no ato enunciativo se movimente para acontecimentos passados e futuros na e pela enunciação.

A intersubjetividade implica a subjetividade no discurso, pois revela a posição do sujeito no espaço e no tempo no ato enunciativo. É no uso da língua que o locutor se propõe como sujeito e emana o seu dizer por meio do discurso. O tempo e o espaço regem a todo o instante a fala do “*eu*” ao enunciar-se e neste processo promovem a constituição da enunciação que é sempre única. Para Benveniste (2005 e 2020) a pessoa “*eu / tu*”, o espaço “*aqui*” e o tempo “*agora*” são autorreferenciais pelo fato de que a enunciação proporciona a referência interna a cada instância de discurso. Com isso, forma-se um núcleo no qual o eixo central é a enunciação que constitui a referência.

O funcionamento da língua dar-se pela enunciação através de um ato individual de uso da língua pelo locutor no discurso. A pessoa “*eu / tu*”, o espaço “*aqui*” e o tempo “*agora*” compõem o aspecto subjetivo do ato enunciativo, enquanto o “*ele*” que é entendido por Benveniste como a não pessoa constitui a língua por meio de uma configuração que corresponde a pessoa não subjetiva.

Para Benveniste a não pessoa “*ele*” é o objeto discursivo sobre o qual “*eu / tu*” abrem a boca para falar e na oposição entre as pessoas do discurso que a diferença entre elas ficam evidentes no ato. O “*eu*” e o “*tu*” geram a referência no ato enunciativo e o “*ele*” é predicado, com isso, o “*eu / tu*” ao estabelecer a enunciação através da utilização

da palavra apresenta o seu caráter intersubjetivo e subjetivo no discurso, ao passo que o “*ele*” por não se constituir como uma pessoa específica marca-se no discurso na condição de não subjetividade e não utiliza a palavra para enunciar-se na instância de discurso.

O dizer do locutor precisa do ato de referir e este ato é renovado a cada instância discursiva com relação ao “*eu / tu / aqui / agora*” na enunciação. O discurso do sujeito é efêmero, pois o que “*eu*” diz a “*tu*” “*aqui*” e “*agora*” logo em seguida já não é mais por haver a atualização do ato enunciativo que é sempre novo e singular.

É por meio da linguagem que o homem revela a sua experiência humana e promove a atualização do discurso através da relação entre o “*eu*”, o “*tu*” em oposição ao “*ele*” na situação de uso da língua no ato enunciativo. A experiência do homem na linguagem permite que cada locutor se singularize no discurso, mesmo utilizando os mesmos sistemas de referências pessoais que constituem o sistema linguístico. Além disso, a questão do tempo é um fenômeno que compreende a experiência do homem na linguagem. Sendo assim, a enunciação é um ato por meio do qual a experiência humana é possível.

O ato enunciativo, de acordo com Benveniste (2006), compreende o uso individual da língua pelo locutor no momento da enunciação no qual o diálogo é concebido. A enunciação toma o locutor como referência para promover o discurso, pois é nesta instância discursiva que a língua é colocada em funcionamento pelo locutor que se apropria dos signos linguísticos para se constituir como sujeito na e pela linguagem.

Segundo Benveniste (2020 e 2006) em signos plenos os quais estão relacionados ao processo de atualização do ato enunciativo pelo locutor, e os signos vazios os quais estão relacionados ao uso da língua no instante em que o locutor converte a língua em discurso. Tanto os signos plenos quanto os signos vazios constroem a sua própria referência por meio de recursos diferentes presentes na enunciação. Todo esse processo é necessário para o locutor estabelecer a enunciação e se instituir como sujeito através dos *índices específicos* e dos *procedimentos acessórios* (BENVENISTE, 2020 e 2006; FLORES, 2013).

De acordo com Benveniste (2006) a enunciação consiste no ato de colocar a língua em funcionamento pelo locutor, o qual o faz através de um ato individual do emprego da língua. Empregar a língua compreende ao uso que o locutor faz da língua ao proferir o seu discurso, aspecto que se distingue do emprego das formas o qual compreende as questões das regras gramaticais presentes na forma linguística. Benveniste (2006) aborda três aspectos que compõem o processo da enunciação, são eles: o *aspecto vocal*, consiste

na realização vocal da língua; o *aspecto da semantização*, consiste nas relações estabelecidas entre a forma e o sentido que compreendem ao domínio semiótico e semântico da língua; o *quadro formal de realização*, consiste na realização do ato e da situação enunciativa, e de seus instrumentos que foram utilizados para viabilizar a manifestação do ato (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2013).

Tal discurso proferido pelo locutor ao seu alocutário sempre provoca uma resposta, ou seja, uma enunciação, pois quando o sujeito se enuncia na linguagem, já o faz tendo em mente uma possível resposta que o seu alocutário lhe dará com base na sua fala a qual desencadeia uma informação específica, ambos são colocutores do ato enunciativo. Desse modo, a língua só ganha vida, de fato, na instância do discurso, a partir do uso que cada locutor faz dela. Portanto, para Flores (2018) a cada enunciação o locutor produz uma nova enunciação através do aparelho formal da língua na interação com o mundo.

A enunciação está na realização de utilização da língua pelo locutor e compreende os índices específicos. Flores (2020) em seus estudos sobre *Enunciação e Gramática*, aborda que o ensino de língua deve contemplar o uso da linguagem e como acontece a organização da linguagem frente às categorias de tempo e espaço, tendo em vista o locutor que profere o discurso. Os fenômenos dêiticos são indicadores essenciais na constituição da enunciação e na gramática se apresentam através dos pronomes, verbos, advérbios, locuções adverbiais.

Flores (2018) compreende que os *índices específicos* constituem a enunciação por meio de formas específicas que estão relacionadas aos índices de pessoa, tempo e espaço que englobam este ato, enquanto os *procedimentos acessórios* apresentam-se como recursos linguísticos que favorecem a realização da enunciação e da construção da referência na relação entre locutor e alocutário no discurso. Para Benveniste (2006) os índices específicos estão relacionados aos indicadores de pessoa, tempo e espaço, os quais revelam a subjetividade do locutor na linguagem. Já os procedimentos acessórios estão relacionados ao agenciamento das formas da língua e seu processo de organização realizado pelo locutor no eixo sintagmático. Ambos os mecanismos enunciativos se complementam para construir o aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2018; ARESI, 2011).

Com isso, os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios* são acessados pelo locutor no instante da enunciação por meio de um ato individual no qual ocorre o processo

de semantização da língua através do eixo sintagmático, pois por meio da sintagmatização a enunciação organiza o discurso (ARESI, 2012).

No processo de escrita do texto o enunciador-escrevente busca instaurar-se na língua através da escrita. Com isso, situa-se no ato de escrever para promover a enunciação escrita e significar o uso da língua por meio da sua experiência na e pela linguagem. Para que a enunciação escrita ocorra o enunciador-escrevente necessita apropriar-se dos índices específicos e dos procedimentos acessórios para enunciar-se como sujeito no ato de escrita. Sendo assim, o enunciador-escrevente realiza a combinação das palavras para atribuir sentido ao seu dizer em determinada situação do ato enunciativo escrito.

3.2. O processo social de aquisição da escrita

Na aquisição da escrita, o locutor-escrevente precisa organizar o seu pensamento para distribuir as palavras no texto de modo que apresentem uma sequência significativa e que faça sentido para o interlocutor. Para isso, o locutor-escrevente deve organizar o seu discurso escrito adequando-o a instância discursiva tendo em vista o seu alocutário, se atentar ao aspecto formal da língua e a questão motora para colocar em funcionamento a escrita compreendendo as suas formas específicas, com isso, a produção do texto escrito ocorre de modo mais satisfatória.

De acordo com Fayol (2014) o locutor começa a ter contato com a escrita desde criança através das interações que os pais estabelecem com os seus filhos ao ler um livro, por exemplo. Quando a criança está desenvolvendo a habilidade da coordenação motora fina, os pais a estimulam a escrever, a pintar, a desenhar. Com isso, para o locutor realizar a aquisição da escrita necessita aprendê-la por meio de estímulos oferecidos pelo seu interlocutor em situações discursivas de escrita, fazendo com que a criança tenha contato com diferentes tipos de textos escritos. Assim, a aquisição da escrita pela criança é diferente do processo de aquisição do oral, pois o oral constitui uma característica natural presente na criança desde a mais tenra infância. Já a aquisição da escrita pela criança constitui um mecanismo que requer uma aprendizagem dessa competência linguística, compreendendo as funções e as características próprias da escrita.

Para Fayol (2014) o processo de aquisição da escrita ocorre de uma forma mais devagar e o processo de aquisição do oral ocorre de modo mais rápido, pois a escrita exige a utilização de sinais gráficos, além da capacidade que o locutor deve apresentar para conseguir transpor as formas de cada letra que está impresso na sua memória e traçar o desenho das letras para o papel. A partir do momento em que o locutor adquire tal habilidade, o processo de produção do texto escrito acontece com mais fluidez na escrita das palavras.

O oral e a escrita apresentam características diferentes no que diz respeito a sua produção, mas ambas, de acordo com Marcuschi e Dionísio (2007), se complementam diante do papel que cada uma representa na sociedade, além de levar em consideração a história que cada uma traz da sua cultura.

A escrita é um fenômeno complexo e para que a criança estabeleça o domínio da escrita necessita de estímulos frequentes para apreender as formas e os usos constituintes da escrita. Para Benveniste (2006) a escrita se constitui como uma forma complexa do discurso, pois encontra-se inserida no limite do “diálogo” no ato enunciativo. O contato precoce da criança com a escrita faz com que ela estabeleça associações entre as letras e os seus sons reconhecendo com mais facilidade as formas da escrita, assim, consegue atribuir sentido a palavra ao fazer referência a produção de discurso. No processo de aquisição da linguagem o homem revela a sua experiência na linguagem, pois a linguagem é intrínseca ao homem e tal experiência revela a sua capacidade simbólica por meio das funções conceptuais. Sendo assim, o símbolo constituinte da linguagem possibilita ao locutor organizar a língua e o pensamento para atribuir significados ao seu discurso ao estabelecer interação com o outro.

No processo de aquisição da linguagem a interação entre o homem e o homem, e o homem e o mundo necessita da produção simbólica, a qual comporta toda a cultura e a história da sociedade. Desse modo, o homem já nasce dentro de uma instância sociocultural e de já estar na língua, ainda assim, o locutor apresenta a capacidade de aprendizagem e de aquisição da linguagem através da sua relação com o outro. Tal habilidade emerge da necessidade que o homem apresenta em seu ser em estabelecer referência ao seu ato enunciativo e, com isso, coloca a língua em uso tanto no domínio da fala quanto no da escrita.

A criança ao ser inserida na escola começa a ser exposta a um contato direto com o sistema linguístico da leitura e da escrita. Assim, são desenvolvidos trabalhos voltados para esse processo de aprendizagem do oral e da escrita. Com as práticas de leitura e

escrita a criança é capaz de já identificar inadequações na produção da fala e da escrita e buscar adequá-los através dos saberes apreendidos e de associações.

Através dos processos de interação enunciativo e discursivo, o ensino de língua passa a oferecer uma prática que busca compreender o uso da linguagem como um ato constituinte da realidade e da experiência de cada locutor.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que atua como regulador do ensino na Educação Básica, está alicerçado às perspectivas de ensino presentes em documentos como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB - 9495/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as orientações curriculares. A BNCC segue uma proposta de ensino de Língua Portuguesa que compreende as práticas de linguagem como um ato enunciativo-discursivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9495/96), no seu artigo 26, aborda que os currículos precisam estar alicerçados a uma base comum e diversificada, como podemos observar abaixo

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 9495/96, p. 19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9495/96), no seu artigo 32, aborda a obrigatoriedade do ensino fundamental, e que aos 6 anos de idade, a criança desenvolva a sua capacidade de aquisição da leitura, da escrita, como observamos a seguir

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 9495/96, p. 23).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam que independentemente dos ciclos que compõem o ensino fundamental, o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa necessita possibilitar que o aluno amplie o seu discurso nas diferentes

situações discursivas de uso da linguagem para que o locutor adentre no processo da escrita e, assim, exerça a sua cidadania no meio social. Com isso, os PCNs (1998) abordam que

Os sujeitos se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediada pela interação com o outro. Não é diferente no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem. É nas práticas sociais, em situações linguisticamente significativas, que se dá a expansão da capacidade de uso da linguagem e a construção ativa de novas capacidades que possibilitam o domínio cada vez maior de diferentes padrões de fala e de escrita (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 33-34).

Ao tomar a língua materna como objeto de ensino, a dimensão de como os sujeitos aprendem e de como os sujeitos desenvolvem sua competência discursiva não pode ser perdida. O ensino de Língua Portuguesa deve se dar num espaço em que as práticas de uso da linguagem sejam compreendidas em sua dimensão histórica e em que a necessidade de análise e sistematização teórica dos conhecimentos linguísticos decorra dessas mesmas práticas (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 34).

Entretanto, as práticas de linguagem que ocorrem no espaço escolar diferem das demais porque devem, necessariamente, tomar as dimensões discursiva e pragmática da linguagem como objeto de reflexão, de maneira explícita e organizada, de modo a construir, progressivamente, categorias explicativas de seu funcionamento. Ainda que a reflexão seja constitutiva da atividade discursiva, no espaço escolar reveste-se de maior importância, pois é na prática de reflexão sobre a língua e a linguagem que pode se dar a construção de instrumentos que permitirão ao sujeito o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 34).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trata a o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental nos anos iniciais, compreendendo toda a experiência da criança na língua seja oral ou escrita, buscando promover um refinamento dessa habilidade de linguagem. Com isso, a BNCC (2017) aborda que

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo **Oralidade**, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo **Análise Linguística/Semiótica**, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das

regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo **Leitura/Escuta**, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo **Produção de Textos**, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2017, p. 85).

O ensino de língua a partir desse olhar enunciativo pode promover o desenvolvimento das capacidades linguísticas, textuais e discursivas do aluno, como postulam os documentos oficiais da educação como a Base Nacional Comum Curricular, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9495/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais.

3.3. Considerações parciais

É no uso da língua que toda a sua grandiosidade se revela, pois a língua é maleável e viva capaz de se apresentar sempre nova a cada ato enunciativo, seja oral ou escrito. O ensino de Língua Portuguesa precisa compreender os diversos usos da língua em determinada situação do ato discursivo. Com isso, o locutor através da intersubjetividade constrói a referência do objeto ao estabelecer relação entre a pessoa, o tempo e o espaço, tendo em vista a situação em que ocorre a enunciação. A experiência de linguagem do homem acontece quando o locutor coloca a língua em funcionamento compreendendo a faculdade simbólica da linguagem na relação com o seu alocutário ao buscar significar a língua e convertê-la em discurso.

Com isso, o ensino de língua necessita contribuir para que o educando se torne um cidadão ativo e consciente de suas ações na sociedade, favorecendo a formação de sua identidade e de sua cultura. Para isso, o ensino de Língua Portuguesa necessita compreender os contextos de utilização da língua, pois esta não se encontra deslocada das questões socioculturais que os locutores estão inseridos, e nem da situação que o ato discursivo é proferido pelo locutor, seja por meio de um enunciado oral ou escrito. Sendo assim, as práticas de letramentos possibilitam o desenvolvimento integral do locutor na sociedade contribuindo para que ele atribua significado a sua oralidade e escrita, sendo capaz de realizar atividades de leitura e escrita no seu dia a dia.

E para assegurar um ensino de Língua Portuguesa que favoreça na constituição integral do sujeito falante, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe uma perspectiva que abrange a necessidade de considerar a experiência da criança na língua oral e escrita, compreendendo que a criança já é dotada dessa capacidade de linguagem e que a escola precisa aprimorar essa capacidade de linguagem apresentada pela criança.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A abordagem metodológica da pesquisa compreende o campo de estudo específico da Linguística da Enunciação. Sendo assim, apresentamos a abordagem do problema, os procedimentos técnicos, a caracterização da população investigada, a coleta dos dados, o *corpus* da pesquisa, as categorias de análise e o tipo de análise dos dados.

4.1. Abordagem do problema

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, tendo como objetivo compreender a realidade e a subjetividade do locutor na construção de narrativas escritas compreendendo a categoria de tempo nesse processo de produção textual.

4.2. Procedimentos metodológicos

O procedimento para coleta constou de uma da leitura dos textos narrativos escritos que foram organizados e selecionados com base no objetivo geral desta pesquisa que é de investigar a organização da categoria de tempo em produções de narrativas textuais escritas de alunos do Ensino Fundamental I com o intuito de pensar em elementos para uma abordagem enunciativa da temporalidade no ensino de língua materna. E os objetivos específicos da pesquisa são: (1) identificar marcas de atualização da categoria de tempo em narrativas escritas; (2) propor princípios para uma abordagem enunciativa da categoria de tempo no ensino de língua; (3) observar aspectos intersubjetivos presentes na reescrita de narrativas de alunos do Ensino Fundamental I. E foi interpretado por preceitos enunciativos. A transcrição dos dados e análise ocorreu a partir da análise dos elementos da categoria de tempo e a sua relação na construção de sentido na narrativa escrita.

Os textos narrativos escritos foram coletados por meio de uma sequência didática. Primeiro, diante das opções de livros que estavam a disposição em sala de aula, o aluno escolheu o livro “*O catador de papel*”, de Fernando Carraro, que faz parte da Literatura Infantil para ler. Depois, o aluno escreveu um texto narrando a história lida. Após três dias, o aluno reescreveu o texto narrativo a partir das observações realizadas pela professora. O processo de construção e reconstrução da narrativa teve duração de 2 horas

que foram divididas em quatro aulas com duração de 50 minutos, o que corresponde ao tempo de uma aula. Durante o processo de reescrita da narrativa o aluno teve acesso ao texto escrito inicial e pode reescrevê-lo em uma outra folha após as observações realizadas pela professora. Foi realizada a análise dos textos narrativos escritos e reescritos pelo aluno, tendo em vista a identificar termos e expressões correspondentes à categoria de tempo na enunciação escrita. Vale ressaltar que só foram analisados os textos escrito e reescrito pelo aluno em sala de aula. Já a prática da professora em sala de aula não foi observada.

4.3. Caracterização da população investigada

A pesquisa constou com a participação de uma professora e, de 1 aluno, com idade de 8 anos, da turma do 4º ano A, do Ensino Fundamental I, sem distinção entre meninas e meninos. O aluno é estudante do Colégio Madre Teresa de Calcutá, é um colégio particular pequeno que fica localizado município de Recife/PE, no bairro de Boa Viagem. O quadro de alunos do Colégio Madre Teresa de Calcutá é composto por crianças de periferia e de classe média. O colégio recebe alunos de várias religiões, mas os alunos das religiões católica e evangélica são os mais numerosos.

4.4. *Corpus* da pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi composto por narrativas (re)escritas por aluno do Ensino Fundamental 1.

Esclarecemos que os textos narrativos escritos e analisados do banco de dados manterão o sigilo da pesquisa científica em relação a identidade dos sujeitos envolvidos. Respeitando e garantindo o direito à privacidade e ao uso da imagem.

4.5. Categorias de análise

As categorias de análise dizem respeito aos aspectos específicos extraídos do quadro teórico desta pesquisa e que foram analisados, portanto, o tempo, a subjetividade, intersubjetividade. Com isso, as categorias de análise desta pesquisa visam atender aos

aspectos de investigação proposto neste trabalho e dizem respeito à categoria de tempo na língua na construção de narrativas textuais escritas, tendo em vista a subjetividade e a intersubjetividade do locutor-escrevente.

4.6. Tipo de análise dos dados

O tipo de análise dos dados desta pesquisa é do tipo qualitativo-interpretativa, a partir do aprofundamento teórico da linguística enunciativa e da análise de textos narrativos escritos por criança, buscando relacionar os dados observados à enunciação escrita.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DE NARRATIVAS ESCRITAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

5. ANÁLISE DE NARRATIVAS ESCRITAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

O texto escrito e reescrito analisado apresenta marcas da categoria de tempo. Assim, destacamos, dentre os fatores que envolvem enunciação escrita, a atualização da categoria de tempo e a intersubjetividade presentes na reescrita de narrativas infantis.

Analisaremos a seguir o texto **escrito** pelo aluno A, do 4º ano, do Ensino Fundamental 1, após a leitura do livro “*O catador de papel*”, de Fernando Carraro:

	<i>O catador de papel</i>
1	
2	<i>Tinha 4 meninos moradores de rua, que tinha um amigo chamado papelão, que deu</i>
3	<i>um livro de parábolas como se fosse uma bíblia, e cada um levava este livro para casa uma</i>
4	<i>vez. O primeiro menino deu a irmã para ler, e ela leu a parábola das ovelhas perdidas, no dia</i>
5	<i>seguinte ele leu a segunda parábola, a parábola dos talentos. Dias se passaram e a</i>
6	<i>professora dos meninos deu uma bolsa integral a eles, se passaram uns dias e na véspera da</i>
7	<i>formatura eles tiveram a ideia de mandar uma carta para Papelão convidando-o, sem saber</i>
8	<i>onde ele estava, decidiram queimar a carta, para que as nuvens mandassem, a mensagem. No</i>
9	<i>dia da formatura enquanto a menina fazia o discurso, Papelão chegou na porta e o porteiro</i>
10	<i>não deixou ele entrar pela condições de suas roupas, ele pediu para dar uma carta que ele ia</i>
11	<i>escrever e assim foi feito, os meninos leram a carta e foram procurar Papelão. Então</i>
12	<i>Papelão era como se fosse um anjo que os protegiam.</i>

Texto 1 – Transcrição do texto escrito pelo aluno A.

Na construção da narrativa, logo na introdução, o aluno para começar a construir a trama diz ter quatro meninos moradores de rua (linha2). A criança ao associar no texto os meninos a moradores de rua revela a sua vivência social mostrando ocupar um lugar enunciativo diferente das crianças menos favorecidas no meio social. Mas, o aluno ao estabelecer esta relação ocorre uma contradição pelo fato do morador de rua não ter casa, pois em seguida o aluno diz que “**cada um levava este livro para casa uma vez**” (linhas 3 e 4). Em seguida o aluno escreve que “**O primeiro menino deu a irmã para ler, e ela**

leu a parábola das ovelhas perdidas” (linha 4), dessa maneira, o aluno promove uma referência ao primeiro menino através da conexão sintático-semântico entre os elementos narrados pelo aluno.

Por meio da experiência e da cultura a criança mostra a sua subjetividade na linguagem dentro do sistema semiológico da língua, no instante em que estabelece relação do livro de parábolas com a bíblia. Esta associação acontece quando o aluno escreve no trecho **“como se fosse uma bíblia”** (linha 3), esta comparação acontece porque no livro de parábolas contém narrativas curtas e que trazem ensinamentos, bem como a bíblia e a criança para fazer esta relação revela apresentar conhecimento bíblico. De acordo com Benveniste (2006) esta experiência é atualizada a cada ato enunciativo do locutor no discurso, sendo sempre única e irrepetível. A criança ao comparar o livro de parábolas a uma bíblia marca a sua experiência na linguagem, na história e na cultura situando cada ato enunciativo ao seu modo de enxergar o mundo e acaba fazendo uso da língua para elaborar explicações a partir da sua experiência de enunciação no discurso.

Para introduzir o objeto de discurso a criança utiliza as expressões: **“quatro meninos moradores de rua”** (linha 2) que é recuperada em seguida pela expressão **“cada um”** (linha 3); e a expressão **“no dia seguinte”** (linhas 4 e 5), tal expressão situa o alocutário no tempo da ação que aconteceu, e que é resgatada na sequência pela expressão **“ele leu a segunda parábola, a parábola dos talentos”** (linha 5). Há uma sucessão narrativa com começo, meio e fim que situa o interlocutor no tempo e no espaço da narrativa. Benveniste (2006) antes de tecer uma abordagem sobre o tempo no que diz respeito à língua, destaca a existência do *tempo físico*, o qual compreende o espaço que sucede o aspecto psíquico de cada indivíduo, caracterizando-se pela sua linearidade que atua de modo variável sobre o homem no que tange à duração dos fatos. A palavra **“ele”** (linha 5) faz referência ao primeiro menino dos quatro amigos que leu a segunda parábola **“a parábola dos talentos”** (linha 5), já que a primeira parábola quem leu foi a sua irmã e não ele que leu. As expressões **“como se fosse uma bíblia”** (linha 3), **“quatro meninos moradores de rua”** (linha 2) e **“anjo”** (linha 12) mostram as vivências desse sujeito e marcam a sua enunciação, pois é um sujeito que não está copiando um texto, é um sujeito que está marcando-se e apresentando-se nessa escrita, não é uma cópia do original.

Percebe-se que o aluno constrói a referência do seu texto narrativo utilizando termos que promovem a retomada e situam o objeto de discurso estabelecendo sentido ao seu ato enunciativo escrito por meio da sintagmatização-semantização. Com isso, Flores (2020) aborda que esse jogo discursivo presente na língua entre a forma e o sentido

contribui para a construção da referência e da correferência, pois a frase implica uma dupla significância que é inerente ao discurso, sendo a língua uma entidade intersubjetiva no ato enunciativo. O “eu / tu / aqui / agora” da enunciação é repleto de singularidades e apresenta um caráter único na instância de discurso.

A criança promove o desenvolvimento da narrativa determinando o referente através das expressões “**a eles**” (linha 6) e “**eles tiveram**” (linha 7) e que reiteram o objeto de discurso da narrativa, possibilitando a articulação entre as unidades do texto. Na parte da conclusão da narrativa o aluno faz uso novamente da expressão que utilizou na introdução “**como se fosse**” (linha 3) relacionando “**Papelão**” (linha 12) a um “**anjo**” (linha 12). Com isso, ocorre uma mudança no tempo linguístico na narrativa, pois o discurso é renovado pela criança ao escrever a conclusão do texto. Desse modo, Benveniste (2006) compreende que há um *tempo linguístico* que se singulariza pelo fato de estar relacionado ao uso da fala pelo locutor na instância do discurso o qual comporta o agora da enunciação. Sendo assim, a enunciação é um fenômeno único que nunca se repete, pois a cada vez que o locutor fala o tempo é criado, renovado, gerando sempre um discurso novo em um tempo que o locutor ainda irá experimentar. Essa experiência permite a realização do discurso e se constrói por meio da subjetividade do locutor na e pela linguagem no instante do ato discursivo o qual ocorre no presente. É na instância de discurso que a língua organiza o tempo e faz o movimento de ir para trás (passado) ou para frente (futuro) de acordo com o ato de referência estabelecido.

O aluno ao usar a expressão “**que os protegiam**” (linha 12) promove a retomada do referente por meio da relativização do pronome “**que**” (linha 12) e pelo pronome “**os**” (linha 12) no texto narrativo. A criança se instaura na língua através de sua experiência na linguagem, com isso, a criança se apropria da língua e desenvolve discursos sempre inéditos ao se enunciar. Estes discursos novos tais como: “**como se fosse uma bíblia**” (linha 3), “**quatro meninos moradores de rua**” (linha 2) e “**anjo**” (linha 12) favorecem a significação da língua e atribui vida ao sujeito na sua enunciação (BENVENISTE, 2006; SILVA, 2016). Assim, Benveniste (2006) afirma que o *tempo linguístico* não se reduz ao *tempo físico* e nem ao *tempo crônico*, em virtude de o ato discursivo ir além dos limites dos desmembramentos de tais tempos, tendo o *presente* da fala uma organização particular no qual o locutor na condição de ‘*eu*’ assume o lugar de fala para se enunciar a um alocutário que está na condição de ‘*tu*’. Apesar do tempo do locutor ser diferente do tempo do alocutário, o “eu” necessita se inserir em um tempo impessoal para favorecer a

comunicação com o “tu”. Desse modo, a língua dispõe de uma temporalidade própria, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista discursivo.

Analisaremos a seguir o texto **reescrito** pelo aluno A, do 4º ano, do Ensino Fundamental 1, após a (re)leitura e as observações da professora sobre o livro “*O catador de papel*”, de Fernando Carraro:

<i>O catador de Papel</i>	
1	
2	<i>Existiam 4 crianças que fugiram de casa, porém apareceu um amigo para eles chamado</i>
3	<i>Papelão. Um anjo que ajudou eles, mas, antes de aconselha-los a voltar para sua moradia,</i>
4	<i>Papelão deu-lhes um livro de parábolas, que cada um levaria o livro para casa e iria ler por um</i>
5	<i>dia, depois daria ao outro amigo, o primeiro, que levou para casa leu a parábola dos talentos e a</i>
6	<i>da ovelha perdida.</i>
7	<i>Passam vários meses e dias quando a professora da escola que conhecia os meninos,</i>
8	<i>resolveu dar uma bolsa de estudos integral para os meninos. Eles resolveram chamar Papelão,</i>
9	<i>mas como não sabiam onde ele estava, queimaram a carta e achavam que Papelão iria receber,</i>
10	<i>chega o dia da formatura e uma menina amiga deles também.</i>
11	<i>Enquanto ela lia Papelão estava na porta tentando entrar, mas o porteiro não deixava,</i>
12	<i>pelas condições de sua roupa, seu carrinho de papel e pela condição de sua aparência, ele</i>
13	<i>escreveu uma carta e deu para o porteiro entregar a carta. Ele entregou os meninos leram e</i>
14	<i>ficaram a procurar Papelão.</i>

Texto 2 – Transcrição do texto reescrito pelo aluno A.

O aluno ao produzir a reescrita do texto narrativo informa que as “**quatro crianças que fugiram de casa**” (linha 2). Percebe-se que nesta reescrita a criança substituiu o termo “**meninos**” pelo termo “**crianças**” (linha 2), promovendo uma reorganização da sua escrita ao aspecto sintático-semântico, agora, os quatro meninos não eram moradores de rua, o amigo deles chamado “**Papelão**” (linha 3) era quem morava na rua e foi quem recomendou os quatro meninos a voltar para casa, sendo “**um anjo**” (linha 3). A criança na reescrita da narrativa ao mudar a expressão “**morador de rua**” para “**fugiram de casa**” (linha 2) marca a sua presença enunciativa no discurso

reformulando a sua escrita a partir das observações realizadas pela professora em sala de aula ao promover a (re) leitura do livro e consequentemente a reescrita do texto. Vemos que a comparação que a criança fez de **“Papelão”** (linha 3) com **“um anjo”** (linha 3) foi deslocada da parte da conclusão para a parte da introdução no texto narrativo reescrito.

Com isso, há uma passagem de mudança de tempo, pois passou do tempo final para o tempo inicial que corresponde ao tempo linguístico e que marca o agora da enunciação do sujeito. Benveniste (2006) compreende que o *tempo linguístico* corresponde ao uso da língua pelo locutor, pois toda vez que o locutor profere o discurso, o faz no presente da fala o qual é sempre novo. Benveniste (2006) aborda em seus estudos o *tempo físico*, que está relacionado ao correlato psíquico, o *tempo crônico*, que está relacionado ao tempo dos acontecimentos, e o *tempo linguístico*, que está relacionado ao exercício da fala. Através do presente o locutor consegue estabelecer referência ao passado e ao futuro, no entanto, o presente é o tempo que constitui a língua.

O aluno relata a existência de **“quatro crianças”** (linha 2) que receberam o livro de parábolas de **“Papelão”** (linha 4) e que **“cada um”** (linha 4) iria lê-lo. Nesse trecho acontece o desaparecimento do termo **“irmã”**, citado na versão escrita, que leu o livro, aparecendo apenas o primeiro amigo que **“leu as parábolas dos talentos e da ovelha perdida”**. A criança ajusta o sentido do texto ao objeto referencial do discurso e o *tempo linguístico* busca se organizar no presente da fala proferida no ato discursivo, no qual a língua transpassa do plano da virtualidade para o plano da realidade, construindo o índice temporal através da realidade do discurso. Este mecanismo ressalta o caráter intersubjetivo da língua pelo fato de o ato enunciativo ser constituído pela singularidade que cada locutor apresenta ao se enunciar na língua, pois tais particularidades do plano da realidade fogem à vontade do locutor e do alocutário ao utilizar a língua no discurso (FERREIRA JÚNIOR, 2014).

A criança encontra na enunciação uma maneira de se relacionar com o seu alocutário e estabelece sentido a sua escrita e reescrita do texto narrativo. A criança também considera a situação e o contexto em que a comunicação é proferida, a qual abrange os aspectos referenciais tais como: **“existiam 4 crianças”** (linha 2), **“fugiram de casa”** (linha 2), **“eles”** (linhas 2, 3 e 8), **“ele”** (linhas 9, 12 e 13), **“o primeiro”** (linha 5), **“antes de”** (linha 3), **“por um dia”** (linha 4 e 5), **“depois”** (linha 5), **“meses”** (linha 7), **“dias”** (linha 7), **“chega o dia da formatura”** (linha 10), **“enquanto”** (linha 11). De acordo com Benveniste (2006) é necessário compreender a situação na qual a enunciação é realizada durante o processo de apropriação da língua pelo locutor para interagir com o

mundo, tendo em vista que durante este processo o aluno promove a intersubjetividade do discurso. Com isso, a criança apropria-se da língua após a (re)leitura do texto juntamente com as explicações da professora em sala de aula, promovendo a mudança da temporalidade do discurso proferido

Para Benveniste (2006) o *tempo linguístico* corresponde ao uso da língua pelo locutor, pois toda vez que o locutor profere o discurso, o faz no presente da fala o qual é sempre novo. Benveniste (2006) aborda em seus estudos o *tempo físico*, que está relacionado ao correlato psíquico, o *tempo crônico*, que está relacionado ao tempo dos acontecimentos, e o *tempo linguístico*, que está relacionado ao exercício da fala. Através do presente o locutor consegue estabelecer referência ao passado e ao futuro, no entanto, o presente é o tempo que constitui a língua (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2013). Na versão reescrita do texto narrativo, a criança promove modificações à sua escrita ao estabelecer reflexões sobre o texto lido, pois a relação temporal da criança com o texto já não é a mesma. A criança manuseia o tempo linguístico de acordo com o *agora* do ato enunciativo e marca a sua experiência na linguagem por meio do uso da língua, pois deixa evidente que o tempo está a todo instante em transformação marcando o presente da fala na instância de discurso, atestando que no intervalo entre o “aqui / agora” está o movimento, visto que o “eu” que diz “eu” “aqui” e “agora” ao abrir a boca para proferir a palavra na sua próxima enunciação já não é mais. Como pode-se ver de uma enunciação para outra enunciação quando a criança reescreve a narrativa, já que ocorreu a (re)leitura do texto e da troca de experiências e comentários feitos entre aluno-aluno-aluno-professora-professora-aluno em sala de aula. O ato discursivo já é novo. O olhar sob o objeto discursivo já foi transformado e renovado na instância de discurso.

Com isso, a criança recupera o objeto de discurso com a inclusão de novos termos e proporciona a referência e coloca em funcionamento a língua por meio da a sintagmatização e da semantização no discurso com as seguintes expressões: “**que fugiram**” (linha 2), “**para eles**” (linha 2), “**ajudou eles**” (linha 3), “**aconselhá-los**” (linha 3), “**sua moradia**” (linha 3), “**deu-lhes**” (linha 4), “**cada um**” (linha 4), “**que levou**” (linha 5), “**leu a parábola**” (linha 5), “**eles resolveram**” (linha 8), “**amiga deles**” (linha 10) que remetem as “**quatro crianças que fugiram de casa**” (linha 2). Também ocorre a inserção dos termos “**meses**” (linha 7), remetendo à temporalidade do discurso. A inserção é um fenômeno característico do processo de elaboração da reescrita do texto e busca completar o sentido do objeto referido. O autor finaliza o texto reescrito com a inserção dos termos “**carrinho de papel**” (linha 12) e “**aparência**” (linha 12), que se

referem as características do amigo **“Papelo”** (linha 14) para fazer o arremate final do sentido do texto.

Na reescrita a criança promove outro olhar ao objeto de discurso, descreve e interpreta de outro modo o que foi dito. Para isto, mobiliza e se apropria da língua para (re) construir o seu texto narrativo. Segundo Benveniste (2006)

cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão mas como um modo de ação (BENVENISTE, 2006, p. 90).

Sendo assim, o locutor ao reescrever o texto narrativo se apropria da língua e utiliza as formas linguísticas como um recurso para constituir a enunciação na linguagem e pela língua.

Na escrita do texto narrativo, a criança utiliza o verbo **“ter”** e na reescrita, faz a inserção do verbo **“existir”** (linha 2) para fazer a introdução. É comum que os alunos do Ensino Fundamental I, para promover a enunciação, utilizem operadores discursivos já sedimentados na construção da narrativa textual escrita.

De acordo com Benveniste (2020 e 2006) a enunciação revela intersubjetividade no discurso da criança ao longo de sua escrita, por compreender a relação enunciativa entre o locutor e o interlocutor, na qual envolve a singularidade da escrita que comporta o sistema e a estrutura da língua como uma condição do texto, tornando a escrita singular ao englobar o processo de autorreferência, que a criança realiza ao se apropriar da língua para promover a enunciação escrita.

Benveniste (2006) aborda que a temporalidade engloba a intersubjetividade e a subjetividade. Percebe-se que na versão escrita da narrativa a criança constrói o texto em apenas um parágrafo e o sentido é criado a partir de uma situação enunciativa particular que é instituído pelo *tempo unipessoal* o qual compreende o tempo particular do locutor. Já na versão reescrita da narrativa a criança adequa o seu dizer e estrutura a narrativa em três parágrafos (introdução, desenvolvimento e conclusão) após observações da professora e da interação da criança com outros alunos em sala de aula, pois através do *tempo omniessoal* houve a necessidade de o locutor entrar na temporalidade do outro (seu interlocutor) e esse tempo do outro é estranho para o locutor. Se o locutor desejar entrar nesse tempo, precisa se adequar a ele. O *tempo omniessoal* compreende o tempo

do interlocutor, estando acima do tempo do locutor. Ambos os tempos (*tempo unipessoal* e *tempo omnipessoal*) estão subordinados a intersubjetividade.

Por meio da referência, o aluno, tanto na versão escrita quanto na versão reescrita do texto, busca situar os personagens no tempo e espaço ao fazer a referenciação do objeto de discurso, permitindo a sequência de ações entre as unidades do texto tempo enunciativo, estabelecendo uma cena de atenção conjunta para promover a interação como o interlocutor. Na escrita do texto o aluno traz o ato referencial tempo-espaço através das expressões: **“cada um”** (linha 3), **“uma vez”** (linhas 3 e 4), **“o primeiro”** (linha 4), **“no dia seguinte”** (linhas 4 e 5), **“dias se passaram”** (linha 5), **“se passaram uns dias”** (linha 6), **“na véspera da formatura”** (linha 6), **“no dia da formatura”** (linhas 8 e 9), **“enquanto”** (linha 9). E na reescrita do texto o aluno faz a referência do tempo e do espaço utilizando as expressões: **“o primeiro”** (linha 5), **“antes de”** (linha 3), **“por um dia”** (linha 4 e 5), **“depois”** (linha 5), **“meses”** (linha 7), **“dias”** (linha 7), **“chega o dia da formatura”** (linha 10), **“enquanto”** (linha 11). Isso caracteriza o *tempo enunciativo* que para Benveniste (2006) é uma categoria que compreende a estrutura e o sistema do acontecimento do uso que a enunciação comporta, contemplando o tempo da língua que é impessoal.

Na fala, o tempo é imediato (síncrono), já que a fala é instantânea e exige do locutor uma resposta rápida ao seu interlocutor. Já na escrita o tempo é estático (assíncrono), porque o locutor não precisa responder de modo imediato a mensagem do interlocutor. O tempo enunciativo ou tempo de discurso compreende a relação entre o “eu”, o “tu” e o “ele”, desse modo, o ato enunciativo requer a presença de um locutor e de um alocutário no discurso, além de abranger as variedades implicadas na língua oral e na língua escrita. No tempo enunciativo somente o aoristo¹ não faz parte, o restante dos tempos e as suas formas estão inseridos no tempo enunciativo para promover o discurso (BENVENISTE, 2020; FLORES, 2013).

De acordo com Dufour (2000), as categorias de tempo, de espaço e de pessoa revelam a singularidade da enunciação. E tais categorias buscam interagir e se organizar

¹“A enunciação histórica comporta três tempos: o aoristo (= *passé simples* ou *passé défini*) o imperfeito (incluindo-se a forma em *-rait* dita condicional) e o mais-que-perfeito” (BENVENISTE, 2020, p. 259). Em uma nota de rodapé Benveniste (2020) esclarece mais sobre o termo aoristo e diz que “não haverá inconveniente, esperemo-lo, em chamarmos aoristo ao tempo que é o *passé simples* ou o *passé défini* das gramáticas. O termo *aoristo* não tem, aliás, conotações bastante diferentes e bastantes precisas para causar aqui uma confusão, e é preferível ao de *prétérito*, que correria o risco de ser confundido com *imperfeito*” (BENVENISTE, 2020, p. 259).

em detrimento de propósitos que visam o processo de realização da autorreferência da pessoa “eu” no ato discursivo.

A enunciação escrita compreende o processo de produção do ato de escrita, tendo em vista que o produto do enunciado também interessa a enunciação, pois a linguagem é a condição para o locutor se apropriar da língua e realizar a sua enunciação na escrita (BENVENISTE, 2006; FLORES, 2018). Com isso, a criança faz uso do mecanismo de referência para interagir com o outro de modo intersubjetivo e construir a referenciação textual para promover a coesão da enunciação escrita. Através da interação entre o enunciador e o interlocutor, a criança busca significar o seu dizer ao se apropriar das formas da língua para promover o discurso escrito.

A criança, ao desenvolver a capacidade de escrita, acaba adquirindo autonomia para se expressar por meio de sinais gráficos e se enunciar através da escrita. No processo de escrita e reescrita do texto, a criança para manter a interação com o interlocutor e o objeto, busca elaborar e reelaborar cenas de atenção conjunta ao fazer uso de diferentes recursos linguísticos-textuais para se enunciar na escrita e promover sentido ao seu dizer ao longo da interação.

No ato da enunciação escrita, a criança busca aprimorar o texto elaborando e reelaborando a sua escrita com base nas suas reflexões sobre a referência e os sentidos do texto. Isso nos mostra que, ao ocupar um espaço referencial, a criança busca enunciar sua posição na enunciação escrita por meio de procedimentos de sintagmatização para construção de sentidos junto ao outro. A sequência de cada palavra no eixo sintagmático do texto escrito sofre modificações no ato de reescrita da narrativa pela criança, pois a criança realiza a reorganização de sua escrita retirando palavras e acrescentando outras palavras para ajustar o aspecto semântico do seu texto (re)escrito, com isso, a criança coloca em funcionamento o sistema da língua através da enunciação escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da língua pelo locutor revela a intersubjetividade do seu discurso por um ato individual. O ensino de língua com base em uma abordagem enunciativa favorece a constituição da criança como sujeito do seu próprio discurso ao desenvolver a capacidade enunciativa da criança. Neste processo os índices específicos de pessoa, espaço e tempo,

bem como os procedimentos acessórios são elementos essenciais para a construção da enunciação, pois é através deste ato enunciativo que a referência é atualizada no discurso. Desse modo, a temporalidade contribui para expor a experiência da criança na língua e pela linguagem por meio de uma relação de alteridade. E um ensino de língua que compreende os atos enunciativos de fala, escrita, leitura e ouvir da criança promove a instauração da criança na linguagem através da língua em uso no discurso.

Na enunciação escrita a criança organiza o seu texto narrativo escrito e reescrito promovendo um refinamento da sua escrita ao construir referência e sentido no ato enunciativo escrito junto ao seu interlocutor. Neste processo enunciativo escrito o tempo se revela por meio da singularidade do enunciador-escrevente ao se instaurar no ato enunciativo escrito para construir o seu texto narrativo (re)escrito.

A referência possibilita ao locutor organizar o seu discurso na relação entre o “eu” e o “tu” na realidade da instância de discurso. E ao referir a criança deixa transparecer a sua experiência de uso da língua, a sua cultura e história na linguagem. No processo de escrita da narrativa a criança por meio da unidade semântica produz um discurso único e repleto de sentido dentro de um sintagma particular que constitui o ato discursivo.

O tempo rege o “aqui” e o “agora” da enunciação e implica de modo intersubjetivo o “eu” e o “tu” para construir referência ao objeto de discurso. A enunciação é um processo que se constrói e se desconstrói para refazer-se uma nova enunciação cada vez que o locutor utiliza a língua para enunciar-se no discurso. A palavra dita pelo “eu” na linha do tempo e do espaço apaga-se. É preciso que o “eu” refaça um novo traço para dizer o dito de uma forma renovada no discurso que é sempre novo. A enunciação é um sopro. Quando ver-se já não é então. O sujeito ao fazer uso da língua gerencia a sua fala por meio da intersubjetividade, e neste ato o “agora” da enunciação revela a subjetividade do sujeito no espaço e no tempo do discurso.

O “agora” da enunciação organiza-se de modo singular, pois o tempo linguístico constitui-se através do uso da fala pelo sujeito na instância discursiva e permite que o locutor situe a sua fala / ouvir / ler / escrever no tempo e no espaço do ato, e este processo implica a experiência do homem na linguagem fazendo com que a criança estabeleça a sua marca na língua a cada enunciação. Nesse mecanismo, a criança ao escrever a narrativa traz à tona toda a sua experiência na língua e na cultura construindo a sua enunciação escrita por meio do seu próprio discurso. Já no momento em que a criança reescreve a narrativa reformula o seu dizer a partir da interação com os outros alunos e com a professora em sala de aula, visto que houve uma interlocução entre os sujeitos do

discurso e a visão a respeito do objeto de discurso foi ampliada e a criança constrói uma nova enunciação, pois já é novo sujeito na passagem de uma enunciação para outra. Com isso, a referência marca a temporalidade enunciativa no texto para (re)organizar os acontecimentos presentes no discurso tendo em vista a estrutura e o sistema de uso da língua no ato enunciativo escrito da criança.

Uma escola que prioriza um ensino-aprendizagem considerando a experiência humana do aluno está comprometida com um ensino de língua no qual o aluno estabelece a sua enunciação fundando a sua língua, a sua cultura e história instaurando-se como sujeito repleto de linguagem. Nesse aspecto, o ensino de língua engajado no âmbito da enunciação fornece elementos necessários para a compreensão dos modos de utilização da língua pelo falante ao interagir com o outro em determinada situação de espaço e de tempo em que ocorre o ato discursivo tendo em vista a relação entre o eu / tu / aqui / agora da enunciação.

Através dos processos de interação enunciativa e discursivo, o ensino de língua passa a oferecer uma prática que busca compreender o uso da linguagem como um elemento constituinte da realidade e da experiência de cada locutor. E nessa jornada de acolhimento, o locutor revela a sua posição de sujeito na instância de discurso ao utilizar a língua para enunciar-se no discurso.

O ensino de língua por uma abordagem enunciativa promove um olhar para a intersubjetividade no uso da língua realizado pelo locutor em cada instância de discurso, pois o locutor como sujeito enunciativo é o eixo responsável por criar o ato referencial que instaura a categoria de tempo e de espaço no processo de enunciação. É a língua-discurso que dar suporte ao emprego da língua, ao mecanismo de referência e ao sentido construído no discurso. O sujeito coloca a língua em funcionamento de modo singular em uma enunciação sempre única no “aqui” e “agora” do “eu” no discurso.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. 1ª reimpressão. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.
- ARESI, F. **Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de o aparelho formal da enunciação**. 2012. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 6ª ed., Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed., Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BENVENISTE, E. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. 1ª ed., Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Base nacional comum curricular. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- CARRARO, F. **O catador de papel**. 1ª ed., São Paulo: FTD, 2020.
- DUFOUR, D. R. **Os mistérios da trindade**. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FAYOL, M. **Aquisição da escrita**. Trad. Marcos Bagno. 1ª ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- FENOGLIO, I. **A gênese de um pensamento**. (Orgs) Flores, V. N. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.
- FERREIRA JÚNIOR, J. T. **A criança autista na/pela linguagem: da categoria de pessoa à singularidade do sujeito no processo de enunciação**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 3ª ed., São Paulo: Editora Contexto, 2016.

- FLORES, V. N. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **Delta**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 399-416, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-445041033947774307>
- FLORES, V. N. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2019.
- FLORES, V. N. et al. **Enunciação e gramática**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1ª ed., São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, V. N. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FLORES, V. N. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. 1ª ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. 2ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- KNACK, C. **Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação**. 2012. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. **Fala e escrita**. 1ª ed., 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- NORMAND, C. **Saussure**. Trad. Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SILVA, C. L. C. Experiências de significação na linguagem: enunciação e ensino de língua materna. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. nesp, p. 20-28, 2016. DOI <https://doi.org/10.17058/signo.v1i1.7322>
- SILVA, C. L.; ENDRUWEIT, M. L. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.

ANEXOS

① Catadão de papel

Tinha 4 meninas, moradoras de rua, que tinha um amigo chamado papelaço, que dava um livro de parábolas, como se fosse uma Bíblia, e todas um dia saíram este livro para ler uma vez. O primeiro menino deu a irmã para ler, e ela leu a parábola das sementes perdidas, no dia seguinte ele leu a segunda parábola, a parábola dos talentos. Dias se passaram e a professora dos meninos deu uma aula integral e eles se passaram uns dias e na véspera da formatura eles tiveram a ideia de mandar uma carta para papelaço convidando-o, sem saber onde ele estava, decidiram queimar a carta, para que as meninas não vissem a mensagem. No dia da formatura enquanto a menina fazia o discurso, papelaço chegou na porta e o porteiro não deixou ele entrar pela condição de suas roupas, ele pediu para dar uma carta que ele ia escrever e assim foi feito, os meninos leram a carta e foram procurar papelaço. Então papelaço era como se fosse um anjo que os protegiam.

10

catador de papel

Existiam 4 crianças que fugiram de casa, porém apareceu um amigo para eles chamado papela. Um anjo que ajuda eles, mas, antes de aconselhá-los a voltar para sua moradia, papela deu-lhes um livro de parábolas, que cada um levou e levou para casa e iria ler por um dia, depois iria ao outro amigo, o primeiro, que levou para casa leu a parábola dos talentos e a da moeda perdida.

Passam vários meses e dias quando a professora da escola que cuida os meninos, resolveu dar uma bolsa de estudos integral para os meninos. Eles resolveram chamar papela, mas como não sabiam onde ele estava, queimaram a carta e acharam que papela iria receber, chega o dia da formatura e uma menina amiga deles também.

Enquanto ela lia papela estava na porta tentando entrar, mas o porteiro não deixava, pelas condições de sua roupa, deu caminho de papel e pela condição de sua aparência, ele escreveu uma carta e deu para o porteiro entregar a carta. Ele entregou os meninos leram e ficaram procurando papela.